

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG Cassiano Marques

**A GEOPOLÍTICA DA CHINA E SEUS REFLEXOS NA NAMÍBIA:
Implicações para os interesses brasileiros**

Rio de Janeiro

2018

CMG Cassiano Marques

**A GEOPOLÍTICA DA CHINA E SEUS REFLEXOS NA NAMÍBIA:
Implicações para os interesses brasileiros**

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito para a conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CF (RM1) Marcos Valle Machado
da Silva

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

Dedico este trabalho aos meus pais, Joaquim (in memoriam) e Cecília, incansáveis trabalhadores, pais carinhosos, exemplos de dedicação, responsabilidade, honestidade e amor à pátria brasileira que lhes recebeu e deu abrigo e felicidade. Dedico ainda a minha esposa Evelyn e filho Igor pela compreensão com a minha dedicação à carreira naval.

AGRADECIMENTOS

Prestos os mais sinceros agradecimentos ao meu orientador CMG (RM1) Marcos Valle Machado da Silva pelo profissionalismo, tratamento cavalheiresco e orientações precisas essenciais para elaboração desta tese.

Registro meus agradecimentos àquele que contribuíram com o meu trabalho de pesquisa com valiosas indicações e informações: CMG (RM1) Leonardo Faria de Mattos, CMG César Augusto Dallacosta Nogueira, CMG Marcelo Appolinário Cerqueira, CMG Ronald Alexandre Gaspar Fernandes, Professor Maurício Santoro e Estagiária Rita de Cássia Oliveira Feodrippe.

RESUMO

A tese investiga a sobreposição de interesses da China e do Brasil na Namíbia. Observações prévias permitiram formular a hipótese de que há conflito e que as ações brasileiras naquele país africano estão em desvantagem em função do poder econômico chinês. O Objetivo da tese é explorar a atual geopolítica chinesa, extrair dela seus interesses e ações correlacionadas, comparar com os do Brasil e, por fim, testar a hipótese. Nos casos em que há conflito, serão mostrados os reflexos para o País e para a Marinha do Brasil. Este trabalho inicia com um breve conteúdo sobre a ciência *geopolítica*, cuja principal fonte são as obras dos Generais Golbery e Meira Mattos, distintos geopolíticos brasileiros. Com esses conceitos e lançando mão do Método de Análise Geopolítica da Escola de Guerra Naval, é possível conhecer as determinantes e as diretrizes geopolíticas da China e retirar delas os dados necessários. O outro elemento para a comparação de interesses é obtido da pesquisa sobre a política externa brasileira para a África e para a Namíbia. Os eixos analíticos dessa comparação estão nos campos econômico e militar. Ao final, são apresentadas propostas para mudanças de políticas e ações a serem desenvolvidas, a fim de mitigar essa situação desfavorável e preservar os interesses nacionais. O tema abordado é atual e trata da economia que mais cresce no mundo, a China, e do continente de grandes desafios e oportunidades, a África. Espera-se que esta tese atenda os anseios dos interessados em geopolítica, China e economia.

Palavras-chave: Geopolítica, China, República Popular da China, Brasil, Namíbia.

ABSTRACT

The thesis investigates the overlapping interests of China and Brazil in Namibia. Previous observations have allowed the hypothesis that there is conflict and that Brazilian actions in that African country are at a disadvantage due to Chinese economic power. The purpose of the thesis is to explore the current Chinese geopolitics, extract from it their correlated interests and actions, compare with those of Brazil, and, finally, test the hypothesis. If there is conflict, the reflexes for Brazil and for the Brazilian Navy will be shown. This work begins with a brief content about geopolitical science, whose main source is the works of Generals Golbery and Meira Mattos, excellent Brazilian geopolitics. With these concepts and using the Geopolitical Analysis Method of the Naval War College, it is possible to know the determinants and geopolitical guidelines of China and to extract the necessary data from them. The other element for the comparison of interests is obtained from the research on Brazilian foreign policy for Africa and for Namibia. The analytical axes of this comparison lie in the economic and military fields. In the end, proposals are presented for policy changes and actions to be taken in order to mitigate this unfavorable situation and preserve national interests. The issue addressed is current and about the fastest growing economy in the world, China, and the continent of great challenges and opportunities, Africa. It is hoped that this thesis will meet the wishes of those interested in geopolitics, China and economy.

Keywords: Geopolitics, China, People's Republic of China, Brazil, Namibia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa político da RPC.....	97
Figura 2	– Mar da China.....	97
Figura 3	– Rota de importação de energia da RPC.....	103
Figura 4	– Nova Rota da Seda.....	103
Figura 5	– Cadeia de ilhas.....	104
Figura 6	– Portos usados para reabastecimento.....	105
Figura 7	– Percepção da influência da RPC na economia africana.....	106
Figura 8	– Mapa político da Namíbia.....	106
Gráfico 1	– Grau de satisfação com o País.....	98
Gráfico 2	– Exportações brasileiras em 2017.....	100
Gráfico 3	– Importações brasileiras em 2017.....	100
Gráfico 4	– PIB Chinês em US\$ bilhões.....	101
Gráfico 5	– Taxa de crescimento do PIB Chinês.....	101
Gráfico 6	– Exportações chinesas em US\$ milhões.....	102
Gráfico 7	– Balança comercial chinesa em US\$ milhões.....	102
Gráfico 8	– Orçamento de defesa da RPC.....	104
Gráfico 9	– Comércio chinês com a África.....	105
Gráfico 10	– Balança Comercial brasileira com a África.....	107

LISTA DE TABELA

1	– Maiores problemas no País.....	99
---	----------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNBN	– Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia
APEC	– Asia-Pacific Economic Cooperation
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	– Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul
CS	– Conselho de Segurança
DoD	– US Department of Defense
EGN	– Escola de Guerra Naval
EMC	– Estratégia Militar da China
END	– Estratégia Nacional de Defesa
EPL	– Exército Popular de Libertação
EUA	– Estados Unidos da América
FA	– Forças Armadas
FOCAC	– Forum on China-Africa Cooperation
G20	– Grupo dos 20
GM	– Guerra Mundial
GAT-FN	– Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais
IBAS	– Índia, Brasil e África do Sul
LCM	– Linhas de Comunicação Marítimas
MAN	– Missão de Assessoria Naval
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MB	– Marinha do Brasil
MD	– Ministério de Defesa
MDIC	– Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MN	– Marinha da Namíbia
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
NAPLog	– Navio de Apoio Logístico
OCX	– Organização para Cooperação de Xangai
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCC	– Partido Comunista da China
PIB	– Produto Interno Bruto
PND	– Política Nacional de Defesa
RPC	– República Popular da China
SADC	– Southern African Development Community
UA	– União Africana
UE	– União Europeia
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Origem e trajetória da geopolítica.....	14
2.2	Geopolítica no Brasil.....	17
2.3	Conceitos da Geopolítica.....	18
3	GEOPOLÍTICA CHINESA PARA A NAMÍBIA.....	21
3.1	Contexto Histórico.....	22
3.2	Determinantes Geopolíticas.....	25
3.3	A Geopolítica da República Popular da China.....	34
3.4	Relacionamento Sino-Africano.....	41
4	INTERESSES DO BRASIL NA NAMÍBIA.....	55
4.1	Interesses do Brasil na África.....	55
4.2	Interesses do Brasil na Namíbia.....	65
5	CONFRONTAÇÃO DE INTERESSES.....	69
6	CONCLUSÃO.....	75
	REFERÊNCIAS.....	80
	ANEXO A – MÉTODO DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA.....	87
	APÊNDICE A – CONTEXTO HISTÓRICO CHINÊS.....	94
	APÊNDICE B – ILUSTRAÇÕES E TABELA.....	97
	APÊNDICE C – ENTREVISTAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Entre abril de 2010 e abril de 2012, o autor serviu em Walvis Bay compondo a primeira Missão de Assessoria Naval na Namíbia (MAN-Namíbia). A presença dessa Missão naquele país é parte dos termos do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN) que prevê, dentre outros compromissos, o apoio da Marinha do Brasil (MB) à criação da Marinha da Namíbia (MN) e o fornecimento de materiais e serviços (BRASIL, 2003). O autor já havia visitado a cidade a bordo da Fragata *União* em 1997 e tido contato com integrantes da MN, em 2005, por ocasião da revitalização realizada pela Base Naval de Aratu na ex-Corveta *Purus*, posteriormente cedida à Namíbia. Nos primeiros meses de estada, pôde observar uma significativa presença chinesa na cidade. Era nítida, no comércio local, a crescente participação de firmas chinesas. A nova base naval, da recém-criada MN, estava sendo erguida por empresas chinesas e havia tratativas para construção de um Navio de Apoio Logístico (NApLog) em estaleiro chinês.

Tanto o Brasil como a República Popular da China ¹ (RPC), há algumas décadas, veem expandindo sua influência e buscando ampliar suas transações comerciais com os países africanos. Aquele continente, de vários países jovens, revela grandes oportunidades de investimentos e parcerias comerciais. A Namíbia é um desses países, cuja independência ocorreu em 1990 com apoio do Brasil e da RPC.

O ACNBN vem ao encontro do desejo namibiano de possuir uma força naval capaz de defender seu amplo litoral de águas propícias à pesca e sua costa com diamantes, petróleo e gás. Ao mesmo tempo, contribui com o interesse brasileiro de manter o Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. Secundariamente, esse acordo facilita a aproximação de empresas brasileiras, sobretudo as ligadas à indústria nacional de defesa.

¹ O nome histórico do País é *República Popular da China*, mas comumente utiliza-se *China*.

Entretanto, as empresas chinesas, apoiadas pelo Governo do seu país, oferecem condições insuperáveis para fechar qualquer negócio, deixando as brasileiras em grande desvantagem. Um exemplo disso foi a construção, por empresa chinesa, da base naval projetada pela MB e que inicialmente seria construída por empresa brasileira. Sob a ótica de defesa, era incerto, naquele momento, o que representaria em termos de influência militar, a venda para a Namíbia de um NApLog fabricado na RPC por valor simbólico.

Diante dessa situação, faz-se o questionamento que suscita esta tese: os interesses chineses na Namíbia são conflitantes com os brasileiros? E, se são, quais são os reflexos para o País e para a MB?

A percepção inicial resulta na formulação da seguinte hipótese: *há evidências de que os interesses brasileiros e chineses na Namíbia são conflitantes. As ações promovidas pelo Brasil estariam em desvantagem em relação as da RPC, em função do poder econômico daquele país e, dessa forma, prevalecendo os interesses chineses.*

Nesse contexto, esta tese tem por objetivo identificar os interesses e as ações da RPC na Namíbia, a luz da sua geopolítica, e confrontá-los com os do Brasil, a fim de evidenciar eventuais sobreposições onde o Brasil esteja em desvantagem e, com os resultados, propor mudanças de políticas e ações a serem desenvolvidas para minimizar as desvantagens constatadas. Os eixos analíticos de comparação, escolhidos por serem mais relevantes para a MB, são o econômico e o militar.

Os interesses na Namíbia advêm das diretrizes geopolíticas estabelecidas pelo Governo chinês, cujas determinantes congregam fatores históricos, político e geográficos, assim entendido por Meira Mattos.

[...] a geopolítica é um ramo da ciência política que se formou pela interação dinâmica de três ramos do conhecimento: a geografia (espaço físico), a política (aplicação do poder à arte de governar) e a história (experiência humana). (MATTOS, v. III, p. 151).

Para a consecução do seu objetivo, a tese está estruturada em quatro capítulos,

além desta introdução e da conclusão. O capítulo seguinte discorre sobre a ciência geopolítica, mostrando suas origem e trajetória histórica e os principais conceitos que dão base para conhecer a geopolítica da RPC. O capítulo 3 expõe as bases históricas dessa civilização milenar, contexto fundamental para conhecer as determinantes geográficas, políticas, sociais, econômicas e militares da atual geopolítica chinesa. Em seguida, conhecidas as diretrizes geopolíticas, são identificados, no relacionamento sino-africano, os interesses e as ações nos campos econômicos e militares, em especial na Namíbia. O capítulo 4 explicita as ações e os interesses brasileiros na África e na Namíbia, com base na política externa dos últimos 50 anos, igualmente nos campos econômico e militar. O capítulo 5 compara as ações e os interesses brasileiros e chineses, levantados nos capítulos anteriores, analisa se há conflito e, onde há, verifica se representam prejuízo para o Brasil. Nesse capítulo, a hipótese formulada é testada nos eixos econômico e militar.

Ao final, na conclusão, as informações pesquisadas e os resultados obtidos na comparação são sintetizados sob o enfoque econômico e militar. Com base nessa síntese, são apresentadas propostas de mudanças de políticas para o âmbito nacional e ações para a MB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema desta tese direciona os primeiros passos da pesquisa para a obtenção de conhecimento sobre a geopolítica da RPC para, em seguida, conhecer os interesses do Brasil na Namíbia, que também estão associados à geopolítica brasileira. Para garantir que a pesquisa mantenha fidelidade ao tema com foco nos aspectos efetivamente associados a essa ciência, faz-se necessário conhecer seus conceitos, sua abrangência e sua aplicação.

Apesar de este termo ser comumente utilizado nas mídias compondo pomposos títulos de matérias as mais variadas possíveis, ele não é um simples substantivo que abarca qualquer assunto de natureza política, econômica, de relações internacionais ou de política externa. Como será apresentada neste capítulo, a geopolítica é uma ciência que não se confunde com geografia, política ou geografia política, embora tenha origem e aplicação associadas a essas outras ciências. Mattos (2011, v. I, p. 85) afirma que a palavra *geopolítica*, bem como, a sua conceituação como ciência são polêmicas.

Lacoste ² (1993 apud FERNANDES, 2002) considera o uso desse termo tão associado a uma universalidade de temas diversos como ideologia, conflitos territoriais, movimentos de independência e política interna dos Estados, que se sente tentado a considerá-lo como um fenômeno da moda. No mesmo sentido, Carmona (2012, p. 11), em sua vasta pesquisa sobre a epistemologia do termo, também observa que atualmente há certa banalização no uso da palavra *geopolítica*.

Segundo Vesentini (2011, p. 10), algo semelhante ocorreu com o termo *estratégia*, que, popularizado após a 2ª Guerra Mundial (GM), passou a significar qualquer tipo de plano, técnica ou conjunto de processos e aplicado em diversas áreas como, por exemplo, no futebol, no comércio e na política. O termo *geopolítica*, da mesma forma, é empregado em quase

² LACOSTE, Yves. Dictionnaire de Géopolitique. (2ème édition). Paris: Flammarion (1993 [1995]).

todos os assuntos relacionados à economia e política internacionais, tornando essa palavra desprovida de qualquer significado preciso. Na mesma linha, Fernandes (2002) percebe que está ocorrendo o mesmo que ocorreu com o termo *globalização*, usado livre e indiscriminadamente como palavra da moda, o que não só gera confusões conceituais como também lhe retira o alcance analítico, no âmbito dos estudos acadêmico-científicos.

A melhor opinião sobre o uso desmedido do termo vem de Defarges (2003, p.12) quando constata que esse termo usado indiscriminadamente parece ter poder de explicar o inexplicável. Toda a questão que envolva interesses de grande magnitude e de difícil entendimento racional seria geopolítica.

2.1 Origem e Trajetória da Geopolítica

O termo *geopolítica* surgiu em 1905 pelas mãos do jurista sueco Rudolf Kjellèn no seu ensaio *As Grandes Potências*. Mais tarde, Kjellèn definiu como objeto dessa nova ciência o Estado como organismo geográfico. Inspirado na obra de Friedrich Ratzel ³, ele encarava a geopolítica como interseção entre a ciência política, a geografia política, a estratégia militar e a teoria jurídica do Estado. Assim, essa nova ciência não se preocupa com o conhecimento, mas sim em estabelecer as bases para que o *seu* Estado fortalecesse-se no cenário mundial (VESENTINI, 2011, p.15). Para Kjellèn, o Estado assemelha-se a um organismo vivo, consciente e com instinto de conservação e vontade de crescer (SILVA, 2003, p. 23).

Apesar de nunca ter usado o termo *geopolítica*, Alfred T. Mahan é considerado um dos expoentes dessa ciência. Antes mesmo de Kjellèn, o Almirante Mahan, da United States

³ Geógrafo alemão. Seus estudos deram origem à geografia política. Autor do artigo *Leis do Crescimento Territorial do Estado*, onde lança as *Sete Leis do Expansionismo* (MATTOS, 2011, v. III, p. 140).

Navy, publicou o clássico livro *A Influência do Poder Marítimo sobre a História* em 1890. Para ele, a chave da hegemonia mundial estava no controle das rotas marítimas. A posse de um grande poder marítimo seria essencial para um Estado que almejasse ser potência mundial. A obra de Mahan foi relevante fundamento da geopolítica dos Estados Unidos da América (EUA) após o enfraquecimento da Inglaterra no cenário mundial, àquela época (VESENTINI, 2011, p.17).

Outro grande teórico da geopolítica foi o geógrafo e acadêmico inglês Halford Mackinder. Ele criou conceitos que se tornaram clássicos e foram amplamente difundidos por todos os geopolíticos. Somente para exemplificar, cita-se o conceito do “heartland”⁴, que define a porção de terra entre Europa e Ásia, cuja posse seria condição básica para a hegemonia mundial (VESENTINI, 2011, p.18; FERNANDES, 2001).

Silva (2003, p. 25) e Mattos (2011, v. III, p. 142) consideram Mahan e Mackinder dois dos grandes mestres da geopolítica prática.

Entre 1924 e 1944, com a publicação da “Zeitschrift Geopolitik”⁵, o militar e acadêmico Karl Haushofer começa a defender e divulgar os conhecimentos dessa nova ciência. Sua obra foi inspirada nas ideias de Mahan e principalmente de Mackinder, logicamente adaptando-as a visão germânica, e por sua vez, inspirou os ideais expansionistas da Alemanha nazista. Relewa destacar a forte influência do clima intelectual reinante, à época, na Alemanha nazista alimentado, dentre outros motivos, pelo ressentimento com os tratados pós 1ª GM, nacionalismo radical, teoria do *espaço vital*⁶ e ênfase na raça ariana. (VESENTINI, 2011, p. 20; FERNANDES, 2002; MATTOS, 2011, v. III, p. 143).

A trajetória até aqui apresentada pode ser sintetizada pela afirmação de Defarges

⁴ Termo que significa: *coração da terra*.

⁵ Significa *Revista Geopolítica*, em alemão. Publicada na Alemanha e chefiada por Karl Haushofer.

⁶ Tradução da palavra alemã “lebensraum”. Conceito concebido por Ratzel, segundo o qual a conquista territorial é crucial para a sobrevivência do Estado. Apoderado e ampliado por Hitler para dar respaldo às suas intenções expansionistas (MIYAMOTO, 1981, p. 76).

(2003, p. 13), pela qual a geopolítica nasceu entre o final do século XIX e início do XX como base para as aspirações das potências marítimas, EUA e Grã-Bretanha, e da potência continental, Alemanha.

Após a 2ª GM, por ter sido considerada a base teórica que impulsionou os ideais expansionistas da Alemanha nazista, a geopolítica foi banida do meio acadêmico e científico e caiu no ostracismo (VESENTINI, 2011, p. 25). Também para Defarges (2003, p.13), a geopolítica era vista como ciência maldita que teria fornecido a Hitler as justificativas para suas ambições. Já Silva (2003, p. 197) entende que, na verdade, a geopolítica alemã foi aos poucos se despersonalizando nas mãos da megalomania nazista até perde toda a sua identidade como ciência e, por fim, tornar-se uma poderosa arma de guerra imersa em uma insaciável sede de poder. Mattos (2011, v. I, p. 86 e v. III, p. 143) concorda e acredita ser injusto desclassificar a geopolítica como ciência em virtude do seu uso perverso. Ele afirma que a geopolítica não foi invenção de políticos insensatos sedentos de mando que buscavam justificativas científicas para suas ações (MATTOS, 2011, v. III, p. 139).

Entretanto, o banimento da palavra *geopolítica* não significou que essa ciência tivesse sido extinta. Para Fernandes (2002), é equivoco achar que a geopolítica esteve morta entre 1945 e 1975. O que ocorreu, na verdade, foi a condenação da palavra ao ostracismo. Pelo contrário, foi nesse período que a geopolítica anglo-americana floresceu nos EUA no contexto da guerra fria. A geopolítica passou por um misto de continuidade e descontinuidade do pós-guerra até meados dos anos 1970, em função da distorção dos seus conceitos pela Alemanha nazista. As ideias centrais da geopolítica clássica continuaram existindo ao mesmo tempo em que surgiram novas abordagens de uma geopolítica pós-moderna.

A partir de meados da década de 1970, a geopolítica renasce como ciência, não mais fundamentada na busca do Estado como potência mundial, mas sim no clima da guerra fria das duas superpotências sob a incerteza de uma 3ª GM. O principal teórico dessa nova

paginação da geopolítica foi o geógrafo francês Yves Lacoste (VESENTINI, 2011, p. 25).

Para Mattos (2011, v. III, p. 146), a geopolítica foi a principal inspiração da estratégia de poder das duas superpotências durante o século XX, contrastando as concepções geopolíticas do poder marítimo de Mahan com as de poder terrestre de Mackinder.

No final do século XX, o esfacelamento do mundo soviético e o consequente surgimento da orientação hegemônica dos EUA abrem caminho para a tese que defendia a diminuição do papel do Estado e o desuso das orientações geopolíticas. Mas essa euforia durou pouco e logo a multipolaridade surgiu com Estados em busca do fortalecimento do seu papel como ator internacional. É nesse cenário que hoje, dissipada a névoa de ciência maldita, a geopolítica volta a ser analisada nas academias. (CARMONA, 2012, p. 7).

2.2 Geopolítica no Brasil

Na seção anterior, a geopolítica foi apresentada no contexto global. Nesta seção, será destacada a trajetória da geopolítica brasileira com o objetivo de dar sentido histórico e embasar a pesquisa sobre os atuais interesses do Brasil na Namíbia.

Ainda colônia e, portanto, antes da ordenação científica dada a matéria pelos geógrafos alemães, identifica-se José Bonifácio de Andrada e Silva como o primeiro brasileiro a esboçar, oficialmente, as primeiras diretrizes geopolíticas para o País com visão continentalista (MATTOS, 2011, v. I, p. 87).

Entre as décadas de 1920 e 1930, destacam-se Everardo Backheuser, o primeiro a sistematizar informações e dar corpo à geopolítica nacional com foco na integração do País; e Mário Travassos, construtor das bases do pensamento geopolítico brasileiro com foco na projeção brasileira no continente (MATTOS, 2011, v. I, p. 252; FREITAS, 2004, p. 14; MIYAMOTO, 1981).

Após a 2ª GM, a criação da Escola Superior de Guerra marca uma nova etapa do pensamento geopolítico nacional. Naquela época, o tema central da geopolítica era a segurança nacional e o desenvolvimento social, a sombra da estratégia subversiva de índole marxista. A partir de então, surge uma nova geração de estudiosos dentre os quais se destacam os Generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos e a geógrafa e historiadora Therezinha de Castro (MIYAMOTO, 1981; FREITAS, 2004, p. 58). Em seus constructos teóricos despontam, como objetivos geopolíticos, a continuação da integração nacional, o Cone Sul, o Atlântico Sul e o litoral africano (FREITAS, 2004, p. 116).

2.3 Conceitos da Geopolítica

Após conhecer a trajetória feita pela geopolítica, desde o nascimento até sua consolidação, passando pelo ostracismo e ressurgindo fortalecida, nesta seção será percorrida a evolução dos conceitos que dão forma e norteiam esta ciência, colhidos nas obras dos seus principais teóricos. Por fim, serão definidas as dimensões que embasam a pesquisa sobre a geopolítica da RPC.

Os melhores geopolíticos foram aqueles que analisaram com clareza e profundidade a relação de poder entre as nações, à luz dos condicionantes geográficos (SILVA, 2003, p. 171). Ratzel não foi um geopolítico, mas sim um desbravador da geografia política. Segundo Silva (2003, p. 171), foram os seus fecundos conceitos de *espaço* e *posição* que impulsionaram a criação da geopolítica. Esses conceitos serão abordados ainda nesta seção. Também sobre Ratzel, Mattos (2011, v. I, p. 88) afirma ser dele o mais sintético e abrangente conceito de geopolítica: “espaço é poder”.

Antes de evoluir nos conceitos da geopolítica, cabe aqui firmar as diferenças entre ela e a geografia política. Os escritos de Miyamoto (1981, p. 76) e Mattos (2011, v. I, p. 1)

convergem para diferenciar essas duas ciências: a geografia política é um ramo da geografia que estuda os fatores geográficos de um território, formulando uma representação estática; e a geopolítica, ramo da ciência política, preocupa-se com a aplicação desses fatores na elaboração de políticas de governo de viés estratégico e essencialmente dinâmico. Entretanto, a melhor maneira de diferenciar essas duas ciências foi encontrada por Ratzel ao comparar a geografia política a uma fotografia e a geopolítica a uma cinematografia.

Para Haushofer, a geopolítica é conselheira da política. O Instituto de Munique, com a contribuição dele, conceitua essa ciência de maneira bem expressiva:

A geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. Assim, a geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado (SILVA, 2003, p.24 e MATTOS, 2011, v. I, p. 88).

Para Defruges (2003, p.13), a geopolítica estuda as relações entre o espaço e a política, em que medidas o espaço afeta a política e de que forma a política se serve do espaço.

Segundo o brasileiro Backheuser, a geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas (SILVA, 2003, p. 27).

Já para Mattos (2011, v. III, p. 133), a geopolítica foi conceituada pelos grandes geopolíticos do século XIX e XX como um ramo do conhecimento relacionado ao valor prospectivo da interação da política, geografia e história.

De todos os autores pesquisados, o General Golbery é o que mais se aprofunda no estudo do conceito de geopolítica e sua evolução no tempo. Em busca do melhor conceito, ele lista quase 20 definições para essa ciência colhidas em vasta literatura dos mais relevantes geopolíticos inspirados na Escola de Munique (SILVA, 2003, p. 197). Ao final, Golbery conclui que a geopolítica é baseada principalmente na geografia política e propõe diretrizes, calcadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à política nacional, tanto na esfera

interna, onde se visa ao bem-estar, ao progresso e ao desenvolvimento, quanto na externa, onde visa à segurança nacional (SILVA, 2003, p. 202). Lançando mão do conceito formulado por Ratzel, entende-se como *espaço* a geopolítica aplicada ao campo interno que visa à integração total e à valorização cada vez maior do território nacional, e por *posição* interessa, sobretudo, a geopolítica orientada para o exterior, num sentido positivo de ataque ou negativo de defesa, que se caracterize, num como noutro caso, pela projeção do espaço nacional sobre o os espaços circunvizinhos (SILVA, 2003, p. 31). Essas são as dimensões que embasam a pesquisa sobre a geopolítica da RPC.

Com o referencial teórico bem firmado, o próximo capítulo explorará a geopolítica da RPC com o intuito conhecer os interesses e ações desse país no continente africano, em especial na Namíbia. Além disso, os conceitos e os objetivos da geopolítica brasileira servirão de moldura para revelar os interesses brasileiros no citado continente, a serem expostos no capítulo 4.

3 GEOPOLÍTICA CHINESA PARA A NAMÍBIA

Este capítulo objetiva conhecer a geopolítica da RPC para o continente africano, em especial para a Namíbia, identificando os seus interesses e as suas ações nos campos econômico e militar, de modo a permitir a comparação com os do Brasil nesse mesmo país. Esse caminho será demarcado pelo “Método de Análise Geopolítica da EGN” (ANEXO A) ajustado à proposta desta tese. Seguindo esse método, a RPC é a força interior do sistema em análise, do qual serão exploradas as principais determinantes que tenham relação com o continente africano. As forças externas são os Estados e organizações que influenciam ou que têm capacidade de influenciar a geopolítica chinesa.

Balizado pelos conceitos de Meira Mattos, serão apresentados os aspectos prospectivos da interação da política, geografia e história sob os quais a geopolítica daquele país fundamenta-se. Esta tese parte da observação dos fatores mais amplos e converge para os da esfera externa, que objetivam a projeção do espaço nacional sobre os espaços circunvizinhos, conforme conceituou o General Golbery. É oportuno observar que para o correto enquadramento do citado conceito no tempo presente, deve-se entender como circunvizinhos não somente os espaços fronteiriços, mas sim todo aquele que a globalização e a revolução tecnológica deram alcance aos interesses nacionais.

Recorrendo ainda à definição do General Golbery, convém frisar que a geopolítica encarrega-se de propor diretrizes governamentais que objetivam ao bem-estar, ao progresso, ao desenvolvimento e à segurança nacional. Boa parte dessas diretrizes está espalhada em diversos documentos oficiais da RPC, a maioria concentrada nos “White Papers of the Governmet”⁷, algumas facilmente detectáveis, outras precisam ser deduzidas a partir de

⁷ Uma série de documentos oficiais que divulgam as políticas, estratégias, planejamentos e orientações estatais nas mais variadas áreas de atuação do Estado chinês. Mais detalhes em: <<http://www.china.org.cn/e-white/>>.

análise, por especialistas, de acontecimentos, manifestações dos governantes, informações não oficiais etc.

Assim, de forma a alcançar o seu objetivo, este capítulo foi subdividido em quatro seções. A primeira apresenta o contexto histórico que influencia a geopolítica chinesa. A segunda expõe as principais determinantes dessa geopolítica. A terceira mostra a atual geopolítica da RPC, notadamente os aspectos dos campos econômico e militar. A quarta identifica os interesses e as ações de Pequim, em conformidade com sua geopolítica, no continente africano, em especial para a Namíbia.

3.1 Contexto Histórico

De acordo com Kissinger (2012, p. 12), para compreender o papel mundial da RPC no século XXI, deve-se começar pela apreciação básica do contexto tradicional.⁸

Cabe aqui esclarecer que os nomes *China*, *República da China* e *RPC* serão empregados de acordo com a sequência dos fatos históricos que os originaram.

O APÊNDICE A apresenta, de forma resumida, os principais períodos e acontecimentos da história milenar da RPC até o final do século XIX.

No início do século XX, a China estava imersa em desordem civil e com a economia debilitada. Em 1912, o Partido Nacionalista toma o poder da última dinastia da era imperial chinesa, a de Qing, e estabelece a República da China (BRITANNICA, 2018, p. 21). Em 1949, foi fundada a RPC, quando o Partido Comunista da China (PCC) liderado por Mao Zedong, e com apoio soviético, derrotou os nacionalistas no final da guerra civil. O Partido Nacionalista liderado por Chiang Kai-shek instalou-se em Taiwan, onde, até hoje, está a

⁸ Ao longo do texto será preferencialmente utilizada a grafia do método pinyin de transliteração dos caracteres chineses para o alfabeto latino, adotado oficialmente pela RPC (KISSINGER, 2012, p. 10).

República da China.

A existência de *duas Chinas* é um assunto incômodo para Pequim, que entende que Taiwan é parte inseparável do seu território, considera qualquer ação externa contrária a isso como interferência na soberania chinesa e não descartar o uso da força, se necessário, para conseguir a reunificação (CHINA, 2011a).

Durante o governo de Mao, 1949 a 1976, a RPC lançou-se em dois conflitos com os EUA pelo estreito de Taiwan, iniciou um conflito com a Índia e teve controvérsias políticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O seu governo foi um período de profundas mudanças e de muitos conflitos externos e internos, mas ao final desse processo traumático, o País subdesenvolvido e sem capacidade militar entra no caminho que o levará a ser uma das maiores potências mundiais (KISSINGER, 2012, p. 67). Segundo Kissinger (2012, p. 214), Mao unificou a nação e restaurou as suas fronteiras históricas, exceto quanto a Taiwan e a Mongólia, além de desenvolver seu próprio armamento nuclear. Na primeira década da república, os líderes transformaram um império ruído em uma república em ascensão (KISSINGER, 2012, p. 122). Na segunda década, deu-se lugar às tentativas de reformas internas: na economia, o *Grande Salto para Frente*, que tinha por meta a implantação rápida dos ideais comunistas com o intuito de superar a Grã-Bretanha em 15 anos, mas que, ao final, revelou-se um grande desastre sem precedentes com dezenas de milhões de mortos, principalmente pela fome (DIKÖTTER, 2017, prefácio); e na ordem social, a *Revolução Cultural*, com objetivo de esmagar os seus opositores no PCC e a tradicional cultura chinesa, também resultou em mortes e desordem interna. Ambas as tentativas levaram o País ao caos interno e isolamento externo (KISSINGER, 2012, p. 122).

Segundo Kissinger (2012, p. 207), Mao destruiu a China tradicional e deixou os blocos para Deng Xiaoping erguer uma das maiores potências econômicas do mundo.

Durante seu governo, destaca-se ainda a participação da RPC na conferência de

Bandung, em 1955, onde o diplomata chinês Zhou Enlai reafirma os *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica*⁹. A partir de então, a RPC amplia o número de países com os quais mantinha relações diplomáticas e inicia o apoio aos movimentos de independência na África, Ásia e América Latina. Esse apoio rendeu frutos em 1971, quando, em contrapartida, os votos dos países africanos possibilitaram que a RPC ocupasse o lugar da República da China na Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive no Conselho de Segurança (CS) dessa organização como membro permanente (MENEZES, 2013, p. 70).

Após a morte de Mao em 1976, Deng, mesmo não sendo o chefe de Estado e declinando das principais posições na hierarquia do PCC, foi o principal líder chinês entre 1979 e 1991. Ele desencadeou relevantes mudanças como o incentivo à produção agrícola e a transição para uma economia mista com característica de mercado aberto, afastando-se do sistema econômico tipo soviético e obtendo capital no exterior para acelerar a sua modernização, o que levou a economia do País a ser a de maior crescimento do planeta. Uma de suas motivações era elevar o nível de vida do povo encurralado no atraso econômico (CASTRO, 2017, p. 66).

Até os anos 1970, a maior parte da população chinesa era rural e pobre, a integração territorial era frágil, havia alguma indústria pesada herdada do *Grande Salto para Frente*, as Forças Armadas (FA) não tinham autonomia tecnológica e o Produto Interno Bruto (PIB) era marcado pelo baixo valor agregado. A partir do final da década de 1970, iniciou-se uma reforma econômica que abriu espaço para o capital e os mercados estrangeiros, gradualmente e com prudência, com foco na produção, consumo de massa e modernização, valendo-se dos exemplos da industrialização do Japão e dos Tigres Asiáticos. Na década de 1980, o declínio econômico da URSS abriu novas perspectivas para o seu desenvolvimento (CASTRO, 2017, p. 65). Dentro dessa reforma econômica, ocorreram quatro modernizações:

⁹ Citados na página 28 desta tese.

da agricultura, da indústria, da defesa e da ciência e tecnologia. Merece destaque, ainda, a criação das Zonas Econômicas Especiais ao longo da costa sul que levou à abertura, em 1984, de 14 cidades para o comércio e investimento exterior com regulamentação diferenciada, intensificando o envolvimento com a economia internacional (BRITANNICA, 2018, p. 34).

Entre 1991 e 2002, A RPC foi governada por Jiang Zemin. Nesse tempo, o crescimento econômico manteve-se elevado e a redução da pobreza no campo avançou. O País aderiu formalmente a Organização Mundial do Comércio (OMC) e se tornou a segunda maior economia do mundo atrás dos EUA.

Após Zemin, assumiu Hu Jintao, que governou entre 2002 a 2012, conseguindo manter o crescimento, apesar da crise do final da década de 2000. Esta foi a primeira passagem pacífica de governo na história moderna da RPC (KISSINGER, 2012, p. 300). Em seguida, assumiu Xi Jinping, que governa até hoje. A diferença de desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais e o subemprego ainda são um grande desafio, dada a sua enorme população.

3.2 Determinantes Geopolíticas

Baseado no Método de Análise da EGN (ANEXO A), esta seção apresenta as principais determinantes geográficas, políticas, sociais, econômicas e militares da atual geopolítica da RPC, considerando esse país a única força interior ao sistema em análise, mas sem pretender esgotar todas as determinantes geopolíticas. O levantamento realizado foi dimensionado em consonância com as orientações do método adotado, em amplitude e profundidade condizentes com os limitadores desta tese e com foco no continente africano, em especial na Namíbia, nos campos econômico e militar.

A RPC está localizada na Ásia Oriental com território de 9,5 milhões de Km², o

que lhe dá a posição de 3º maior do mundo. Sua capital é Pequim e sua fronteira terrestre de aproximadamente 22 mil Km a separa de 14 países, entre eles a Rússia, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte, todos possuidores de artefatos nucleares. Próximos ao seu litoral estão o Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas e Taiwan, todos contando com apoio militar dos EUA. O seu litoral é banhado pelo Mar da China ¹⁰ que é cercado por cadeia de ilhas que o separam do Oceano Pacífico. As maiores áreas industrializadas voltadas para comércio internacional estão localizadas no seu litoral, o que facilita a exportação e a importação (FIG. 1, p. 97).

Os principais problemas dentro do seu território, citados em alguns “White Papers of the Government”, são os movimentos separatistas do Tibet e do Turquistão Oriental. Este último ocorre dentro da região autônoma de Xinjiang que cobre 20% do território chinês, é a região central da *Nova Rota da Seda* ¹¹, possui significativas reservas de minério, petróleo e gás e é habitada por diferentes etnias e religiões com predomínio do islamismo (CHINA, 2015a; 2015b; 2016a).

A desertificação é um grande problema para o governo chinês. Os desertos, que cobrem cerca um terço do seu território, estão expandindo-se, principalmente o de Gobi, e tomando campos agrícolas e pastagens. Em que pese os investimentos em plantio de áreas verdes para impedir o avanço, os desertos engolem cerca de 4.000 Km² por ano, ameaçando a economia e a estabilidade social (LUEDI, 2016).

A RPC tem consideráveis reservas e é um dos maiores produtores de carvão e minério de ferro. Também extrai considerável volume de petróleo na terra e no mar. Entretanto, sua produção é insuficiente para atender a demanda das suas indústrias, o que a obriga a importar grandes quantidades desses insumos (BRITANNICA, 2018, p. 30).

¹⁰ O termo *Mar da China*, nesta tese, se refere aos três mares do litoral chinês: Mar da China Oriental, Mar da China Meridional e Mar Amarelo (FIG. 2, p. 97).

¹¹ Iniciativa da RPC para interligá-la, comercialmente, com parte da Europa, passando pela Ásia e África. Em inglês, esse projeto é conhecido como: “*One Belt, One Road*” (OBOR).

A atual população chinesa é de aproximadamente 1.3 bilhões de habitantes, a maior do mundo. É uma república socialista governada pelo PCC, definida por Deng Xiaoping como *socialismo com características chinesas* (KISSINGER, 2012, p. 207; CHINA, 2011b). O atual Presidente é Xi Jinping que acumula o cargo de Secretário-Geral do PCC.

As profundas transformações econômicas levadas a efeito dentro do sistema socialista chinês, de viés capitalista, trouxeram concentração de capital e elevação dos níveis de desigualdade entre salários e lucros e entre o meio rural e o meio urbano. Parte dos futuros desafios é reduzir as distâncias dentro da sociedade, assegurando as condições para a paz social e a longevidade do sistema singular chinês (CASTRO, 2017 p. 67). Apesar dessa desigualdade, pesquisa realizada pela “Pew Research Center” (GLOBAL, 2014, p. 3-7), em 2014, indica que 89% da população chinesa estão satisfeitos com a sua economia; o índice mais alto do mundo (GRAF. 1, p. 98). Os principais pontos de insatisfação apontados nessa mesma pesquisa são: a diferença entre ricos e pobres, a inflação e o desemprego (TAB. 1, p. 99).

A RPC participa de várias organizações internacionais tais como: a ONU, onde é um dos cinco membros permanentes do CS, ou seja, tem poder de veto das resoluções daquela organização; a OMC, desde 2001, o que alavancou a sua participação no comércio mundial; o bloco econômico de países em desenvolvimento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), onde ocupa lugar de destaque ¹²; o Grupo dos Vinte (G20), fórum internacional composto pelas vinte maiores economias do mundo, onde são discutidas políticas para a estabilidade financeira mundial; o fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC – “Asia-Pacific Economic Cooperation”), que conta com a participação dos EUA, Japão e Rússia e engloba aproximadamente metade do PIB e do volume do comércio mundiais; e a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), que conta com a participação

¹² A RPC é o maior parceiro comercial do Brasil (GRAF. 2 e 3, p. 100).

de Rússia, Paquistão e Índia, cuja finalidade principal é a cooperação para segurança.

A política externa chinesa é baseada nos *Cinco Princípios de Coexistência Pacífica*, quais sejam (China, 2011a):

- a) respeito mútuo à soberania e integridade nacional;
- b) não agressão;
- c) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro;
- d) igualdade e benefícios recíprocos;
- e) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

As questões territoriais envolvendo outros países e que têm maior atenção de Pequim são: a de Taiwan, cuja independência é apoiada pelos EUA (CHINA, 2011a; EUA, 2017, p. 75); a disputa com o Japão por um pequeno arquipélago, onde se estima a existência de potenciais reservas de gás (CHINA, 2012a; EUA, 2017 p. 8); e a disputa por ilhas e recifes no Mar da China Meridional (CHINA, 2016b; EUA, 2017, p. 8).

Suas relações com a Rússia vêm crescendo consideravelmente desde o fim da URSS. Atualmente, o comércio bilateral e a cooperação em diversas áreas apontam para a solidificação dessa relação, já tendo renunciado ao dólar em favor das suas próprias moedas (QIANG E XIAOKUN, 2010).

As relações da RPC com os países africanos e latino americanos estão intensificando-se. Na África, são mais antigas e tradicionais, entretanto, é na América Latina que elas têm evoluído mais rapidamente e se tornado mais substanciais. O motivo para isso está no crescente poder econômico latino americano em comparação com o africano (QINGMIN, 2016, p. 95).

A RPC é hoje a segunda maior economia mundial com PIB da ordem de US\$ 12 trilhões e crescimento de 6,9% em 2017. Da década de 1990 até 2017, o seu PIB praticamente triplicou, com índices de crescimento oscilando entorno de 10% até 2010 e de 8% até 2016 (GRAF. 4 e 5, p. 101). Segundo Castro (2017, p. 56), os maiores parceiros comerciais da RPC

são os EUA e a União Europeia (UE). Os volumes comercializados têm importância estratégica e vinculam o comércio externo desses três atores.

A abertura econômica, iniciada no final da década de 1970, permitiu que os chineses desenvolvessem sua estrutura industrial baseada na participação do capital estrangeiro, inserindo o País no cenário mundial como grande exportador de produtos industriais (CASTRO, 2017, p. 62). Sua economia foi a que mais cresceu no mundo nos últimos 25 anos, sustentada principalmente pelo comércio externo. É o maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias do mundo, sendo o maior importador de petróleo.

Ribeiro (2012, p. 496) observa que os chineses, na primeira década deste século, na sequência da sua entrada na OMC, alcançaram expressivo crescimento das exportações, próximo a 18% ao ano, triplicando sua participação no mercado mundial. Além disso, suas exportações deslocaram-se de bens de consumo de mão de obra intensiva para bens de capital de maior valor agregado, o que também permitiu reduzir as importações e ampliar os saldos comerciais com o exterior (GRAF. 6 e 7, p. 102).

Segundo Larmer (2017), em 2000, apenas cinco países tinham a RPC como parceiro comercial, atualmente são mais de cem.

O governo central chinês ainda tem grande influência na economia. A indústria é o setor mais moderno e de maior crescimento. As indústrias pesadas e de produtos estratégicos permanecem sob o controle estatal, mas as de bens de consumo estão cada vez mais nas mãos da iniciativa privada. Depois de 1990, a indústria diversificou-se e é notável o seu desenvolvimento nos setores automobilístico, de aeronaves e aeroespacial, além dos de eletrônicos e equipamentos de precisão produzidos em conjunto com empresas estrangeiras (BRITANNICA, 2018, p. 39). Outro grande trunfo da RPC, advindo do seu poder sobre a economia, é a capacidade de controlar a entrada e a saída de capital estrangeiro, evitando

endividamento externo e desequilíbrio da balança de pagamento ¹³ (CASTRO, 2017, p. 62).

No caminho do seu crescimento econômico, Pequim iniciou o controle de recursos naturais em territórios distantes, ao mesmo tempo em que abriu mercados para os seus produtos industriais (RIBEIRO, 2012, p. 496). Para Castro (2017, p. 66-68), a relação econômica da RPC com os países em desenvolvimento é estilo *centro-periferia*, ou seja, exporta produtos industrializados e importa “commodities” ¹⁴. O citado autor alerta para a possibilidade de desindustrialização de muitos desses países, casos os chineses consigam avançar na transição para uma estrutura industrial de alta tecnologia aliada aos baixos salários. A RPC está direcionando seus esforços para transitar da etapa “made in China” para “created in China”, ou seja, da indústria intensiva em mão de obra para a intensiva em conhecimento e tecnologia. Ribeiro (2012, p. 491), no mesmo sentido, afirma que, na primeira década deste século e após 20 anos de crescimento baseado na indústria leve de exportação, os chineses investiram consistentemente para alicerçar a economia na indústria pesada e de tecnologia intensiva, ao mesmo tempo em que ampliaram a infraestrutura de comunicações, transporte e energia. Iniciou-se, nessa época, a expansão internacional dos grupos de empresas estatais.

Castro (2017, p. 41-54) avalia as taxas de crescimento econômico da RPC e observa que houve uma queda desde 2010 para o patamar de 7%, mas que deve manter-se em 6% nos próximos anos. Para ele, já há sinais de esgotamento da indústria baseada em mão de obra de baixos salários, resultando no seu deslocamento para outros países asiáticos. A transição para um novo modelo, já em andamento, ainda levará um bom tempo para concretizar-se e desafiará os governantes na decisão entre indústrias de grande emprego de mão de obra e baixa tecnologia e aquelas de alta tecnologia e menos mão de obra. Entretanto,

¹³ Instrumento da contabilidade nacional que registra entradas e saídas de recursos do país.

¹⁴ Plural de “commodity”, palavra inglesa que se refere a produtos primários de grande participação no comércio internacional, como minério, petróleo e grãos (COMMODITY, 2004).

os chineses conseguiram estabilidade financeira, ao longo das últimas quatro décadas, que permite realizar ajustes internos para enfrentar a desaceleração do crescimento e direcionar a produção industrial para setores de alta tecnologia. O autor, após análise detalhada dos dados relativos à economia, conclui que, apesar do declínio do crescimento, Pequim continua com pleno controle da sua política econômica, permitindo manter o crescimento estável e a implementação de mudanças estruturais na indústria, deslocando a pauta de exportações para produtos com maior valor agregado (CASTRO, 2017, p. 62-63).

No que tange ao inter-relacionamento econômico, apesar de possuir um enorme mercado interno, a RPC é fortemente dependente dos rumos da economia mundial. A continuidade do seu crescimento econômico depende do bom relacionamento com empresas e governos estrangeiros, uma vez que está longe de ser autossuficiente. Sua poderosa base industrial nasceu e vive, há trinta anos, do capital, tecnologia e matéria prima estrangeira (CASTRO, 2017, p. 76). Os líderes chineses veem a indústria de alta tecnologia como de importância estratégica para um novo padrão de crescimento com maior ênfase no mercado interno, o que permitirá fortalecer o País no cenário internacional. A tática é lastrar a economia no mercado produtivo, deixando-a menos sujeita à volatilidade do mercado financeiro ¹⁵ (CASTRO, 2017, p. 41).

É fácil deduzir que tal crescimento econômico demanda uma quantidade maior de energia, o que faz da RPC seu maior consumidor mundial, em especial daquela gerada por petróleo (CHINA, 2012b). A dependência da importação desse artigo é fator crucial para a economia chinesa e fonte de perturbação no mercado mundial de energia. Apesar de possuir grandes reservas de carvão, petróleo e gás e potencial hídrico, a oferta doméstica é insuficiente, além de essas reservas estarem situadas no interior do País, distantes dos centros industriais localizados no litoral (CHINA, 2007; RIBEIRO, 2012, p. 508). Por esse motivo, os

¹⁵ Mercado de compra e venda de valores mobiliários como ações e moedas.

chineses investem em projetos de energia em mais de 40 países (EUA, 2017, p. 43).

O abastecimento energético da RPC tem três origens, segundo análise de Ribeiro (2012, p. 508): de fontes externas, que representa a quase a totalidade do abastecimento, via extensas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) que cruzam “choke points”¹⁶, as quais a RPC atualmente não é capaz de defender; do seu litoral, aliando-se a companhias com tecnologia para extração no mar, mas tendo o risco de agravar conflitos com Estado vizinhos com os quais disputa territórios na fronteira marítima; e de fornecedores no interior da Ásia Central, como Rússia e Cazaquistão, mas com risco de aumento da influência de extremistas islâmicos em Xinjiang (FIG. 3, p. 103).

Os EUA e a RPC estão fortemente ligados pela economia com destaque para o comércio externo e o mercado financeiro. No campo militar, os EUA mantêm sua hegemonia não somente no Pacífico, mas a estende ao Mar da China em forma de apoio a Estados próximos da RPC. Essa ação visa conter o avanço da influência chinesa, cujo objetivo é assumir o predomínio no citado mar.

Em 2013, o presidente Xi Jinping iniciou o investimento bilionário para a construção da *Nova Rota da Seda* marítima e terrestre (FIG. 4, p. 103). Esse investimento já foi comparado com o *Plano Marshall*¹⁷, mas com valores 10 vezes maiores. Pequim rejeita essa comparação (OTTONI, 2017, p. 5).

As FA chinesas são denominadas de *Exército Popular de Libertação* (EPL)¹⁸ e subdivididas em quatro forças principais: Força Naval, Força Aéreas, Força Terrestre e *Força de Foguetes*¹⁹, esta última responsável pelo controle e emprego dos mísseis nucleares e

¹⁶ Ponto de estrangulamento. Estreitamento de LCM cuja passagem, na prática, é obrigatória, pois desviar significa aumento considerável no custo do transporte, podendo torná-lo inviável. A interdição desses estrangulamentos pode impedir o acesso a determinada região. São exemplos de “choke points” para a RPC: o estreito de Málaca (FIG. 3, p. 103) e as passagens entre as Ilhas Ryukyu.

¹⁷ Programa dos EUA de recuperação pós 2ª GM que injetou, à época, US\$ 13 bilhões em países europeus.

¹⁸ Tradução de “People’s Liberation Army” (PLA).

¹⁹ Tradução de “People’s Liberation Army Rocket Force” (PLARF).

convencionais (CHINA, 2015a, p. 7). A Força Terrestre do EPL continua sendo a maior do mundo com o efetivo de mais de 1,5 milhão. A Força Naval é a maior da Ásia com aproximadamente 300 meios navais. A Força Aérea é a maior da Ásia e 3ª maior do mundo com mais de 2.700 aeronaves (EUA, 2017, p.93). O orçamento de defesa da RPC é o segundo maior do mundo, atrás do EUA, vem crescendo constantemente a mais de 20 anos e, segundo o Departamento de Defesa dos EUA (DoD), tem capacidade de manter esse crescimento nos próximos anos. Conforme mostra o GRAF. 8 (p. 104), apesar da desaceleração do crescimento do PIB, esse orçamento alcançou a cifra de US\$ 144 bilhões em 2016 (EUA, 2017, p. 65). O incremento do aparato militar chinês aumenta a preocupação dos EUA, que monitoram de perto a modernização dessas FA, sobretudo no que se refere à capacidade de dissuadir ou mesmo impedir a intervenção estadunidense em uma eventual ação chinesa em Taiwan (CORDESMAN, 2018; EUA, 2017; O'ROURKE, 2018).

Esse conjunto de determinantes permite inferir que a geopolítica da RPC está voltada para: manter o seu crescimento econômico, o que primariamente permitirá melhorar gradualmente as condições de vida do seu povo; demonstrar sua predisposição à coexistência pacífica e de não intervenção em assuntos internos de outros países, manifestada por documentos oficiais públicos; manter vigilância sobre os movimentos de emancipação internos; afirmar suas convicções nas disputas territoriais com outros Estados; consolidar e ampliar as relações comerciais, diplomáticas e políticas vitais para sua economia e para a aspiração a ator internacional, rivalizando com as grandes potências; dar seguimento a evolução industrial, sob o controle estatal, transitando para a produção de bens de maior valor agregado; e modernizar suas FA, visando principalmente incrementar seu poder de dissuasão e proteger seu território e as LCM de interesse.

3.3 A Geopolítica da República Popular da China

Após conhecer o contexto histórico e as principais determinantes geopolíticas, nesta seção são identificados os principais aspectos da geopolítica da RPC com foco naqueles relacionados aos campos econômico e militar. Para tal, são expostas as orientações estratégicas e políticas constantes de documentos oficiais chineses, bem como as análises e considerações de alguns autores e organizações.

O acelerado desenvolvimento econômico que vem ocorrendo nos últimos 40 anos, desencadeado por uma ampla reforma em todos os setores da economia nas áreas urbanas e rurais, envolvendo inclusive mudanças na essência do sistema socialista, tem por objetivo central a melhoria das condições de vida da imensa população chinesa.

Após estudo de fontes oficiais e bibliográficas, Berrantes (2015, p. 21-25) identificou três macro-objetivos para a política externa da RPC: a soberania e integridade territorial – pode ser percebido, no passado recente, pelas ações que garantiram a reincorporação de Macau e Hong Kong, nas crises de Taiwan com os EUA e nas disputas territoriais no Mar da China; o desenvolvimento econômico – iniciado há 40 anos com as reformas desenvolvidas por Deng Xiaoping, com a pretensão de quadruplicar o PIB chinês até 2020; e a construção de uma imagem de poder responsável – composto por ações que pretendem desconstruir a teoria da ameaça chinesa que aflora juntamente com o crescimento da sua influência internacional. Desses três macro-objetivos, os dois últimos têm interação com o continente africano.

Apesar do seu vasto território e das suas consideráveis reservas energéticas e minerais, a RPC não é autossuficiente. O desequilíbrio entre a produção interna de “commodities”, sejam elas alimentos, insumos para indústria ou combustíveis, e a demanda é um fator que direciona a geopolítica externa da RPC, no que tange à economia, na forma de

vultosos investimentos no exterior. Ao passo que seu crescimento econômico com forte industrialização voltada para exportações tornou o País um relevante ator estatal no cenário internacional, a dependência de importações, seiva vital desse processo, expõe a sua maior vulnerabilidade. Diferentemente do que ocorreu, segundo Ribeiro (2013, p.4), no processo de industrialização dos EUA e da URSS.

Agravando a vulnerabilidade criada pela dependência das importações, está a sujeição às LCM, posto que a quase totalidade das suas importações e exportações utiliza o modal marítimo. Essa fragilidade é um dos principais alvos das diretrizes geopolíticas chinesa. O DoD diz ser essa uma das grandes preocupações estratégica da RPC, sobretudo no que se refere às LCM que transportam petróleo e gás importados do Oriente Médio e África e atravessam o Estreito de Málaca, por onde passam 80% das importações de petróleo e 11% das de gás (EUA, 2017, p. 43) (FIG. 3, p. 103). Também há preocupação com a pirataria nas costas da Somália, que ameaça a segurança dos seus navios mercantes, motivo pelo qual, meios navais chineses juntaram-se às forças multinacionais que atuam na repressão desses crimes na região desde 2008.

Os principais documentos oficiais chineses que divulgam orientações sobre assuntos afetos ao campo militar são: a “China's Military Strategy”²⁰ (CMS); e a “China's National Defense”²¹ (CND).

A CMS expressa a rejeição do País às políticas que busquem hegemonia, intervencionismo e expansão e estabelece, como objetivos das suas FA, a defesa do seu território e a garantia do seu desenvolvimento. As tarefas mais relevantes das FA são: a salvaguarda da soberania e da segurança do território; a salvaguarda e segurança dos interesses ultramarinos; a manutenção da dissuasão estratégica e da possibilidade de realizar

²⁰ Estratégia Militar da China.

²¹ Defesa Nacional da China.

contra-ataque nuclear; a cooperação com a segurança e a paz regional e internacional; e a atuação contra o separatismo e o terrorismo, visando à estabilidade social. Com relação à segurança do País, a CMS manifesta a preocupação com: o aumento da presença do EUA no pacífico; com a expansão das FA do Japão; com a ocupação, por partes de países vizinhos, de ilhas que a RPC entende serem suas; com movimentos de independência do Tibet e do Turquistão Oriental; e com seguranças das LCM. Em suas diretrizes estratégicas de defesa ativa, destaca-se a frase que resume a sua postura defensiva: “We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked”²² (CHINA, 2015a, p. 5).

Ribeiro (2013, p.4), ao analisar a situação estratégica, nota que a RPC não tem preocupações quanto à proteção do seu vasto território contra invasões vizinhas. A fronteira com a Rússia, país com maior potencial militar, está cercada por vasto espaço pouco povoado e de difícil acesso. O mesmo ocorre com Índia, da qual está separada pelas mais elevadas cordilheiras montanhosas do mundo. Embora o território chinês seja vulnerável a ataques nucleares por parte de EUA, Rússia e Índia, não há receio de invasão por nenhum deles. Isso dispensa Pequim de maiores preocupações com o desenvolvimento de um arsenal nuclear, mantendo apenas o necessário para a dissuasão.

A presença militar dos EUA no entorno da região costeira chinesa, que conta com o apoio da Coreia do Sul e do Japão, funciona como proteção a Taiwan e é uma preocupação estratégica para a RPC, embora, segundo Castro (2017 p. 76), essa ilha já esteja integrada econômica e financeiramente ao mercado chinês.

Sobre o desenvolvimento das FA, a CMS externa o objetivo de ampliar sua atuação com independência tecnológica em qualquer cenário dentro e fora do seu território. Estima revitalizar sua capacidade nuclear estratégica de ataque a médio e longo alcance,

²² “Não atacaremos a menos que sejamos atacados, mas certamente contra-atacaremos se atacados.” (Tradução Nossa).

mantendo a política de não ser o primeiro a atacar, de utilizá-la somente para defesa e de não atacar países sem armas nucleares. Com relação ao seu poder naval, afasta a mentalidade tradicional de que a terra supera o mar e afirma ser necessário possuir uma força naval que defenda os direitos e interesses do País. Reitera a vontade de participar das operações de paz da ONU e de escoltas no Golfo de Aden e em outras regiões marítimas, conforme necessário para a segurança das LCM (CHINA, 2015a, p. 1-13).

A CND afirma a certeza da integração de Taiwan e externa as metas da defesa nacional, que são: a salvaguarda da soberania nacional, da segurança e dos interesses do desenvolvimento nacional; a manutenção da harmonia e da estabilidade social; a aceleração da modernização da defesa nacional; e a manutenção da paz e a estabilidade mundial (CHINA, 2011a).

Para o DoD, o ambicioso projeto da *Nova Rota da Seda* indica a intenção chinesa de usar meios econômicos para avançar no objetivo de expandir sua influência e reforçar sua posição de ator internacional. Ao mesmo tempo, Pequim esforça-se para demonstrar que sua estratégia de desenvolvimento é pacífica, pois a estabilidade nas relações com seus vizinhos e com os EUA é essencial para a continuidade desse desenvolvimento. A RPC percebe os EUA como a potência global com maior capacidade de interromper sua trajetória de crescimento. Os esforços chineses em prol das suas reivindicações territoriais e a falta de transparência²³ sobre sua crescente expansão militar causam preocupação aos países da região e já fizeram com que alguns deles aumentassem seus laços com os EUA (EUA, 2017, p.42).

Com relação à possibilidade da RPC rivalizar com os EUA no campo militar sem afetar o seu crescimento econômico, Ribeiro (2013, p. 4) faz comparações entre alguns modelos de crescimento econômico para avaliação. Nos modelos alemão e japonês pós 2ª

²³ O DoD alega falta de transparência, embora haja diversos documentos oficiais chineses que tratam dessa expansão militar.

GM, esses países competiam economicamente com os EUA, mas não militarmente, uma vez que gozavam da proteção dessa potência face à URSS. No modelo chinês, a sua economia é complementar a dos EUA e seu poder militar busca autonomia estratégica investindo no desenvolvimento de um complexo industrial militar de expressão mundial capaz de: dissuadir os EUA de oporem-se aos objetivos chineses como a incorporação de Taiwan; e afirmar sua superioridade regional sobre a Índia. Na comparação com o modelo da URSS, essa união de países era econômica e militarmente independente dos EUA, mas sua economia não conseguiu suportar os crescentes gastos com o desenvolvimento militar à custa do PIB. Já no modelo chinês, o desenvolvimento da indústria militar é baseado no acúmulo de capitais, o que presumivelmente não deverá afetar a sua economia.

Para Ribeiro (2012, p. 543-545), a RPC tem capacidade de desenvolver, autonomamente dos EUA, um complexo militar industrial abrangendo o incremento gradual das capacidades de dissuasão nuclear e de defesa próxima e, em um prazo mais longo, da projeção de poder marítimo. Para essa empreitada, sua grande reserva cambial em dólar lhe dá segurança contra futuras pressões dos mercados. O especialista em assuntos navais do congresso americano, O'ROURKE (2018, Sumário), vai além e afirma que os chineses estão construindo uma marinha regional com capacidade crescente de conduzir operações fora do Mar da China, mais especificamente no Pacífico. Para ele, esse esforço tem como principais objetivos: lidar com a situação militar em Taiwan, se necessário; afirmar e defender as suas reivindicações territoriais no Mar da China; reforçar sua posição quanto ao direito de regular as atividades militares estrangeiras em sua Zona Econômica Exclusiva; defender as LCM de interesse, em particular as associadas ao Golfo Pérsico; deslocar a influência dos EUA no Pacífico Ocidental; e afirmar-se como potência regional.

A agência de previsões “Stratfor” (MAPPING..., 2018) identificou a tendência de crescimento da Força Naval chinesa baseada em observações sobre as movimentações dos

seus meios navais como, por exemplos, as operações cada vez mais frequentes fora do Mar da China, depois da *primeira cadeia de ilhas*²⁴ (FIG. 5, p. 104), as operação antipirataria no Golfo de Aden desde 2009 e as operações conjuntas com as marinhas do EUA e da Rússia. Entretanto, essas atuações mais distantes de suas bases carecem de apoio logístico para reabastecimento e manutenção. Os navios chineses de apoio logístico, embora em quantidade considerável, já estão sobrecarregados. A solução para lidar com essa deficiência, segundo a citada agência, é recorrer a três medidas: construção de mais navios de apoio; uso de navios tanques civis; e aumento do número de portos estrangeiros disponíveis, como os EUA já o fazem há muitos anos. Esta última vem sendo desenvolvida com cautela para evitar que seja percebida como ameaça pelos países próximos. Por isso, Pequim evita construir bases navais completas e prioriza investimentos em portos no exterior com objetivos comerciais, mas que, se necessário, possam receber seus navios militares. A FIG. 6 (p. 105) mostra os portos onde há visitas com frequência e onde já há base de apoio. Destaca-se a base naval em Djibuti, recentemente instalada, que apoia as operações chinesas no Golfo de Aden. O relatório anual do DoD, além de registrar essa construção, acrescenta que outras deverão ser construídas em países com os quais a RPC tem relacionamento duradouro, possibilitando ampliar o alcance das suas FA e estender suas operações até o Oceano Atlântico (EUA, 2017, p. 5).

Quanto maior, mais visível. O crescimento da RPC atrai para si as atenções mundiais, não somente para conhecer os caminhos que conduziram à sua pujança econômica, mas também pela preocupação com o aumento do poder desse país, que poderá influenciar os destinos de outros Estados. Nesse sentido, Castro (2017, p. 76) afirma que diversos acontecimentos recentes, sobretudo na política e na economia mundiais, revelam um futuro de incertezas ou até mesmo pessimista. A RPC, como um dos principais atores, será cobrada por

²⁴ Tradução de “first island chain”. Os teóricos militares da RPC concebem duas cadeias de ilhas – primeira e segunda – como perímetro defensivo marítimo da China. Os limites precisos dessas cadeias nunca foram oficialmente definidos pelo governo chinês (PEOPLE'S... 2011).

maior participação nos organismos internacionais. Os chineses, sabendo que suas decisões podem ter reflexos globais, demonstram que manterão seu avanço com cautela e aparente desinteresse em disputar alguma hegemonia política ou militar, possivelmente uma artimanha para não interferir com as relações econômicas vitais para seu desenvolvimento.

Entretanto, desenvolvimento pacífico não significa abrir mão de possuir poder militar adequado para resguardar seu território, dissuadir ambições externas, proteger seus interesses econômicos ou mesmo contribuir com a paz mundial. Em sua análise, Ribeiro (2012, p. 524) conclui que a RPC está empenhada, por via da sua geopolítica, em: afastar a Força Naval americana, passando a ter influência na área compreendida entre seu litoral e a *primeira cadeia de ilhas*; consolidar sua influência na Ásia Central para garantir o fornecimento de combustível; e estreitar relações com Paquistão e Mianmar com intuito de estabelecer bases navais no Oceano Índico.

Em síntese, as diretrizes da geopolítica chinesa têm como foco central a manutenção do seu crescimento econômico, pois somente assim poderá modificar a situação de carência que boa parte do seu povo ainda enfrenta. Esse crescimento demanda insumos e energia que seu território não dispõe, o que a leva a buscar “commodities” em outros países, especialmente na Ásia Central e África. No caminho do seu desenvolvimento e em harmonia com sua política externa, a RPC ocupa espaços que antes eram ocupados por potências ocidentais. Seus instrumentos de conquista são os investimentos e os financiamentos com taxas reduzidas e o *não intervencionismo* nos assuntos internos dos Estados favorecidos. Paralelo aos interesses econômicos e usando os mesmo instrumentos, Pequim promove o aumento da sua influência na Ásia Central e África com o objetivo de garantir apoio político ao seu desenvolvimento, às suas aspirações a ator internacional e em questões divergentes como Taiwan e a posse de ilhas no Mar da China Meridional. A expansão chinesa em diversas áreas já chama atenção das outras potências, que reagem e levam as disputas econômicas para

outra esfera onde o “hard Power” está presente. Para enfrentar esse cenário, a RPC inicia a ampliação e modernização do seu poder militar, no compasso do crescimento do seu PIB, de modo a estar à altura das suas ambições. Dentre os pontos que merecem atenção das FA chinesas estão os movimentos separatistas que ameaçam a integridade territorial, as LCM por onde passam 90% do seu comércio externo, a retomada de sua influência no Mar da China e a propagação de uma imagem de poder responsável, que quer ser um importante ator no cenário internacional.

3.4 Relacionamento Sino-Africano

Nesta seção são apresentados os principais aspectos do relacionamento sino-africano e identificadas os interesses e as ações mais relevantes da RPC no continente africano, decorrentes da sua geopolítica, com atenção para a Namíbia, notadamente nos campos econômico e militar.

[...] a China, após três décadas de contínuo crescimento a taxas em torno de 10% ao ano, se coloca, hoje, como segunda economia mundial e potência global e, ao mesmo tempo, permanece um país em desenvolvimento, a despeito de seu Produto Interno Bruto (PIB) já ter ultrapassado o do Japão. Esse conjunto de características associado a um sistema de valores próprios e um sistema político alternativo e em evolução torna único o processo da China em ascensão, determinando também desafios para os países com os quais desenvolve relações (MENEZES, 2013, p. 32).

O relacionamento entre RPC e África não é recente. O auge da guerra fria proporcionou oportunidade de aproximação de vários países desse continente com Pequim, que oferecia um modelo de desenvolvimento alternativo ao do capitalismo ocidental.

Menezes (2013, p. 70) divide a política chinesa para a África em duas fases: a primeira durante o período de governo de Mao Zedong, entre 1949 e o final dos anos 1970, de motivações ideológicas; e outra a partir do governo de Deng Xiaoping, que inicia reformas na RPC, fortalece laços e estabelece cooperação econômica e alianças políticas. Nessa segunda fase, prevalece o que o autor chama de pragmatismo político e econômico. Pisani (2014, p.

111) vê as relações sino-africanas com altos e baixos e identifica uma fase intermediária, na década de 1980, onde as relações ficaram estagnadas após a morte de Mao, enquanto os chineses se voltavam para dentro e reorganizavam a sua sociedade.

Alguns acontecimentos no cenário mundial favoreceram essa aproximação. O fim da guerra fria reduziu o interesse dos EUA pelos países da África, América Latina e Ásia, que serviam de arena para as disputas entre as superpotências. Os EUA estavam mais preocupados com o envolvimento nas guerras no Oriente Médio (LARMER, 2017). Com o incremento da globalização, a RPC firmou-se como grande aliada econômica de vários países africanos, em especial aqueles com consideráveis reservas de energia e minério (PISANI, 2014, p. 112). No campo político, o *Massacre da Praça da Paz Celestial*²⁵ desencadeia uma série de sanções contra a RPC (ALMEIDA, 2012, p. 55). Qingmin (2016, p. 101), professor da Universidade de Pequim, entende que esse episódio foi desastroso para os chineses não apenas internamente, mas também nas relações exteriores. A maioria dos países ocidentais desenvolvidos impuseram sanções econômicas e suspenderam o intercâmbio de visitas oficiais de alto nível²⁶ com os chineses. Entretanto, a resposta dos países em desenvolvimento foi diferente; continuaram a trocar visitas.

No início do atual século, a economia chinesa estava em franca expansão, tendo abandonado a agenda ideológica em detrimento da econômica e assumido uma postura objetiva na procura por fontes de recursos e mercado para seus produtos. Essa postura fez com que o continente africano fosse inserido como objetivo da sua geopolítica (ALMEIDA, 2012, p. 56). Inúmeras empresas chinesas passaram a fazer negócios na África vendendo produtos e comprando “commodities” e o governo central a apoiar diversos países com treinamento de funcionários públicos, bolsas de estudos, investimento em infraestruturas e

²⁵ No dia 04 de junho 1989, o governo chinês reprimiu violentamente uma manifestação na citada praça, causando centenas de mortes.

²⁶ Visita de chefes de Estado, ministros e altos funcionários.

renegociação de dívidas (PISANI, 2014, p. 112).

Do ponto de vista da África, a RPC oferece: alternativa ao poder e influência das potências ocidentais; novos mercados para o comércio de matérias-primas e alimentos, o que promove o crescimento interno e reduz a dependência de outras potências; e aumento de investimento estrangeiro sem as restrições impostas pelo ocidente (QINGMIN, 2016, p. 102). Os investimentos chineses na extração de minério na África aumentaram 25 vezes entre 2006 e 2015 e o comércio aumentou 40 vezes nos últimos 20 anos (LARMER, 2107) (GRAF. 9, p. 105). Somente entre 2000 e 2014, Pequim emprestou US\$ 86 bilhões para países africanos (ALBERT, 2017).

Menezes (2013, p. 64) esclarece que os chineses não impõem contrapartidas ou condições tais como as relacionadas aos direitos humanos, liberdade civil ou combate a corrupção, diferentemente dos países desenvolvidos e dos principais organismos internacionais. Assim, as propostas de Pequim são bem mais atrativas.

Almeida (2012, p. 58-60) enumera três iniciativas chinesas fundamentais para o incremento das relações com os países africanos: as visitas oficiais de alto nível ao continente, que normalmente eram acompanhadas de benefícios econômico-financeiros para os países visitados; a criação do “Forum on China-Africa Cooperation” (FOCAC)²⁷; e a afirmação dos *cinco princípios de coexistência pacífica*²⁸, que deixam claro a intenção da RPC de não interferir com assuntos internos dos países africanos.

O grande passo no relacionamento sino-africano foi a fundação do FOCAC em 2000, o que é considerado o maior empreendimento multilateral chinês com a participação de 44 Estados africanos, incluindo a Namíbia (PISANI, 2014, p. 112-114). O FOCAC tem sido o centro de importantes projetos, que resultaram em isenção de taxas de importação para

²⁷ Fórum de Cooperação China-África.

²⁸ Citados na página 28 desta tese.

centena de produtos de 25 países da África e em um pacote de medidas para fomento ao desenvolvimento que inclui: incentivo financeiro para as indústrias chinesas investirem na África; vultosos empréstimos; ensino de tecnologia agrícola; e bolsas de estudo na RPC. Menezes (2013, p. 101-109) também considera o FOCAC como principal elemento institucional dessa relação e avalia que seus resultados concretos em diferentes setores são inegáveis, apesar dos desequilíbrios como a falta de estratégia comum por parte dos países africanos e do papel preponderante de Pequim na condução das iniciativas de cooperação. Essas acusações são rebatidas pelo Governo chinês que alega ser um relacionamento baseado em ganhos mútuos, não interferência em assuntos internos e não imposição de condicionalidades. Almeida (2012, p. 58) vê esse fórum como a demonstração ao mundo do poder de influência chinês. Como reflexo, que indica o sucesso desse fórum, os países europeus e os EUA foram levados a repensar seus relacionamentos com a África (PISANI, 2014, p. 114).

À medida que a economia da RPC cresce e a sua influência geopolítica amplia-se, as atenções dos demais atores internacionais voltam-se para Pequim. Informações e opiniões sobre benefícios e malefícios da relação sino-africana são disseminadas com o objetivo de pender o fiel da balança da opinião pública mundial para um dos lados. Assim, para ter um quadro mais próximo da realidade, é pertinente conhecer os diferentes pontos de vista sobre esse tema.

Segundo Pisani (2014, p. 126), a RPC é uma alternativa às potências ocidentais que traz benefícios aos países africanos, ao passo que provoca competição entre aquelas potências, mas pressupõe que tais benefícios somente serão efetivos se houver transparência nas ações governamentais e prevalência dos interesses públicos.

As atividades econômicas chinesas na África vêm enfrentando críticas da sociedade civil local e ocidental sobre as práticas comerciais consideradas desiguais e sobre o

fracasso em promover a boa governança e os direitos humanos (ALBERT, 2017). A RPC usou a tática de oferecer, juntamente com as obras de infraestrutura, construções de custo relativamente baixo, mas de grande simbolismo como palácios presidenciais e estádios de futebol, que favorecem a manutenção do “status quo” nos países onde os líderes e oligarquias autocráticas perpetuam-se no poder, contrapondo aos anseios da população e resultando em instabilidade interna e ameaça à segurança regional (ALMEIDA, 2012, p. 54-60; MELBER, 2009, p. 75, apud por PISANI, 2014, p. 126).

Para Menezes (2013, p. 130), a cooperação chinesa é, em geral, bem-vinda pelos países africanos, mas criticada pelos países desenvolvidos que veem seus esforços para melhorar as condições de governança, respeito aos direitos humanos e dos trabalhadores, a proteção ambiental e o combate à corrupção no continente africano prejudicados pela postura não intervencionista da RPC. Entretanto, esse autor reconhece que há certo sensacionalismo nas manchetes vinculadas em boa parte da mídia internacional, que mostra Pequim como regente de uma política centrada na exploração de matérias-primas com relação desigual e de crescente dependência da África para com a RPC.

No mesmo sentido, Albert (2017) afirma que as atividades desenvolvidas pelos chineses nos países africanos geram queixas que vão desde a falta de conformidade com os padrões ambientais e de segurança até as práticas comerciais injustas e violações das leis locais. A RPC tem dificuldade em compelir suas empresas a respeitarem as leis locais e os governos africanos não têm estrutura para fiscalizar, mormente as atividades que afetam o meio ambiente. Alguns governantes veem a RPC como um concorrente que busca alcançar seus interesses, tal como outros países que entram na África.

Para Neves (2013, p. 6), a política econômica da RPC para a África não é totalmente isenta de condicionantes. Ele aponta, como exemplos: o apoio tácito esperado pelos chineses na assembleia da ONU, no caso da incorporação de Taiwan; e o modelo de

financiamento de obras em países africanos atrelado à contratação de empresas chinesas com mão de obra chinesa.

A RPC rechaça as críticas afirmando que não têm intenção de criar uma nova colonização no continente africano, a exemplo da que foi promovida pela Europa, e que a pressão ocidental, com relação ao cumprimento das leis trabalhistas e ambientais por parte das empresas chinesas, não é tão forte quando aplicada sobre empresas de países ocidentais. Pequim ainda argumenta que não se pode comparar a atual política de investimentos na África com a da época da guerra fria, quando as motivações ideológicas desconsideravam a eficiência econômica. Os países africanos não devem esperar que o apoio independente de custos volte a acontecer (QINGMIN, 2016 p. 108).

O documento oficial do Governo chinês sobre a relação comercial sino-africana (CHINA, 2013) não cita as críticas, mas trata de todos os temas controversos insistindo na relação “win-win”²⁹ entre chineses e africanos.

Sobre as acusações de desigualdade de benefícios nessas relações, Menezes (2013, p. 192-202) avalia a questão sob o ponto de vista dos países africano, dos países desenvolvidos e da RPC. Sob o ponto de vista africano, embora haja divergência, há, contudo, consenso de que os chineses representam alternativa importante para a África em termos econômicos e políticos, sobretudo, em relação às potências tradicionais, especialmente as ex-metrópoles europeias. As críticas dos países desenvolvidos à atuação chinesa, centradas principalmente numa visão neocolonialista, refletem a percepção de que aquele país asiático efetivamente ocupou espaços políticos e econômicos na África, muitas vezes em detrimento dos interesses das potências que gozavam de arraigada influência. Sob o ponto de vista chinês, a parceria sino-africana, que não é nova, é ancorada em princípios de sinceridade, benefício mútuo, reciprocidade, prosperidade e aprendizado de parte a parte na busca de

²⁹ Ganha-ganha. (Tradução nossa). Relação baseada em ganho mútuo.

desenvolvimento comum. Alega ainda, sobre o desrespeito aos direitos humanos, que a RPC também é acusada de negligenciá-los em seu território, mas isso não impede que os países desenvolvidos tenham relações comerciais com ela.

Pesquisa de opinião realizada pela organização independente “Council on Foreign Relations” em 2016, com 36 países africanos, mostrou que a maioria dos entrevistados é favorável aos chineses quanto às suas contribuições para o desenvolvimento do continente. Em média, 63% veem a influência econômica e política da RPC como muito positiva (FIG. 7, p. 106). Muitos líderes africanos elogiaram os benefícios do investimento chinês para o crescimento de seus países (ALBERT, 2017).

Um dos pilares do relacionamento sino-africano, a política chinesa do *não intervencionismo*, aparenta estar sendo remodelada decorrente de recentes acontecimentos em alguns países do continente africano, conhecidos pela instabilidade política e riscos à segurança. Segundo Albert (2017), o assassinato de tropas de paz chinesas no Mali e no Sudão do Sul, o sequestro de trabalhadores chineses em Camarões, a propagação do Estado Islâmico na África e a pirataria e o roubo armado nas costas da Somália e no Golfo da Guiné levaram Pequim a gradualmente abandonar essa política, embora continue a falar dos seus méritos. Somente em 2017, mais de 2.500 militares chineses foram enviados para missões de paz da ONU naquele continente. Há também ajuda militar, fornecimento de equipamentos militares (PISANI, 2014, p. 130), financeiro à União Africana (UA)³⁰ e capacitação de países africanos em ações de defesa e antiterrorismo. Desde 2008, navios de guerra chineses atuam contra a pirataria nas costas da África, onde foi estabelecida, em Djibuti, a primeira base militar fora do seu território. O relatório do “The Economist Intelligence Unit” (EIU, 2016) corrobora com essa assertiva e acrescenta que, além proteger seus interesses comerciais, a

³⁰ Criada em 2002, a organização congrega os 54 países da África com o objetivo de promover a democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico na África. Mais detalhes em: < <https://au.int/>>.

RPC objetiva construir sua reputação como ator internacional. A exposição ao risco também tem afetado as relações econômicas, ao ponto de Pequim preferir o financiamento com garantia do petróleo ao investimento direto em países politicamente instáveis (NEVES, 2013, p. 6).

No campo militar, as relações sino-africanas traduzem-se pelo encorajamento a estabilidade interna, com prioridade para aqueles países com os quais a RPC tem ligações econômicas, dentre eles a Namíbia. A conexão entre os campos econômico e militar é constatada pela subordinação das ações do EPL no continente às orientações do PCC, mesmo para assuntos de natureza eminentemente militar. A tendência é de intensificação das relações no campo militar com intercâmbios técnicos, comércio de equipamentos e cooperação na área de defesa e segurança, acompanhando a ampliação dos interesses econômicos chineses na África (MENEZES, 2013, p. 145).

Passando a abordar mais especificamente os interesses e as ações da RPC na Namíbia, constata-se que o relacionamento entre esses países inicia-se ainda antes da independência do país africano, durante a luta conduzida pela “South West African People’s Organisation” (SWAPO) ³¹, de meados da década de 1960 até final dos anos 80. O PCC prestou apoio na forma de material militar, adestramento e apoio diplomático e político a essa organização. A RPC reconheceu a SWAPO como o representante do povo da Namíbia, após essa organização declarar-se disposta a luta armada pela independência do País e aceito o apoio chinês (PISANI, 2014, p. 114-115). A Namíbia tornou-se independente da África do Sul em 1990 e Pequim foi um dos seus primeiros aliados diplomáticos e declarou os dois países “all-weather friends.” ³² (LARMER, 2017).

A Namíbia é um país de 825 mil Km², 2,3 milhões de habitantes, cuja capital é

³¹ Organização do Povo do Sudoeste Africano.

³² Amigos para todas as horas. (Tradução nossa).

Windhoek (FIG. 8, p. 106). Suas principais atividades econômicas são a mineração, a pecuária, a pesca e a agricultura. O seu PIB, de US\$ 13 bilhões ³³ em 2017, está acima da média dos países africanos, mas a distribuição de renda é muito desigual. O desemprego atualmente gira em torno de 30% ³⁴. Desde 2000, o comércio sino-namibiano vem crescendo consideravelmente. A Namíbia exporta, basicamente, carne, peixe e minerais não ferrosos e importa da RPC bens manufaturados, tais como, automóveis, equipamentos eletrônicos e máquinas de construção.

Segundo Almeida (2012, p. 68), a presença da RPC na Namíbia segue um modelo semelhante ao já aplicado no restante da África, a busca por matéria-prima e mercado para exportação. Trata-se de uma política bem estruturada controlada pelo governo chinês, que envolve bancos, empresas chinesas e representantes diplomáticos atuando em conjunto e onde o FOAC tem um papel fundamental. Os interesses chineses na Namíbia estão concentrados em três campos: no comércio exterior, pela importação de “commodities” namibianas e exportação de manufaturados chineses; na indústria de construção civil, em que as empresas chinesas são dominantes; e no comércio varejista em expansão, onde estabelecimentos chineses empregam imigrantes do seu país (ALMEIDA, 2012, p. 62). É importante observar que, por meio da Namíbia, os chineses tem acesso aos países da “Southern African Development Community” (SADC) ³⁵.

Para Farhaoui (2016), as relações sino-namibianas desenvolveram-se extensivamente após a visita do presidente da Namíbia à Pequim em 2005 e a abertura da embaixada da Namíbia naquele país. O investimento em urânio, em particular, é um dos impulsionadores econômicos associado ao interesse estratégico chinês, uma vez que a RPC

³³ Fonte: <<https://tradingeconomics.com/namibia/gdp>>.

³⁴ Fonte: <<https://pt.tradingeconomics.com/namibia/unemployment-rate>>.

³⁵ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. (Tradução nossa). Organização intergovernamental com 15 Estados africanos, cujos os principais objetivos são o desenvolvimento econômico, a paz e a segurança. Maiores detalhes em: <<https://sadc.int/>>.

planeja construir mais de 100 reatores nucleares. Além disso, o principal porto namibiano em Walvis Bay permite o acesso chinês à Botsuana e o Zimbábue. No mesmo sentido, Larmer (2017) aponta que o principal investimento chinês na Namíbia é a extração de urânio, já tendo investido US\$ 4,6 bilhões na segunda maior reserva desse minério no mundo, que alcançou a posição de sexto maior produtor mundial. A estimativa é que, quando plenamente operada, a produção representará um aumento de 5% do PIB namibiano. Praticamente toda a produção será destinada a RPC, visando à ambiciosa meta de diminuir sua dependência do carvão, de reduzir as emissões de carbono e tornar-se um líder mundial na energia nuclear.

Pisani (2014, p. 118) examinou as relações entre a RPC e a Namíbia em várias áreas na última década e comprovou que, a partir de 2000, o comércio bilateral aumentou significativamente. Setores como o comércio varejista e a construção civil receberam grandes investimentos chineses que resultaram em acesso a bens de consumo mais baratos para grande parte da população, geração de empregos de baixa qualificação e redução dos custos da construção civil. A assistência chinesa à Namíbia é mais significativa em três áreas: construção de infraestruturas como estradas, ferrovias e comunicações; capacitação do setor social com bolsa de estudo na RPC, envio de professores chineses para ministrar aulas nas universidades namibianas e doações de equipamento médicos e hospitalares; e financiamento para construção de prédios públicos. A Namíbia é beneficiada por empréstimos com condicionantes mínimos, além de doações em dinheiro (PISANI, 2014, p. 129).

Segundo Larmer (2017), a *atração gravitacional* da RPC é sentida em todo mundo, mas a Namíbia é um dos que mais sente. São significativos os investimentos chineses no País. Como exemplo, cita-se: a construção de uma fábrica de granito; um depósito de combustíveis de US\$ 400 milhões; e atualmente uma península artificial do tamanho de 40 campos de beisebol como parte de vasta expansão do porto de Walvis Bay, por onde flui todo o comércio com a RPC. Segundo Cerqueira (2018), a obra deverá dobrar a capacidade de

carga do porto e as reservas de combustíveis do país de 14 para 30 dias. Esse porto é tão demandado que já há rumores da construção de uma base naval chinesa nessa cidade. Pequim nega essa iniciativa (HARTMAN, 2014).

A investida chinesa da Namíbia, assim como em toda a África, tem aspectos favoráveis e desfavoráveis para os namibianos. Acesso a bens que eram inalcançáveis, embora de qualidade duvidosa, ampliação da infraestrutura de transporte e comunicações, construção de prédios públicos com aumento de dívida externa, mas a juros aceitáveis, são alguns dos exemplos. Para Larmer (2017), a Namíbia recebeu a RPC como uma alternativa às agendas do ocidente e da África do Sul consciente que os chineses também têm condicionantes, como o controle total dos investimentos observado no caso das minas de urânio, onde 90% pertencem a empresas chinesas. Entretanto, reconhece que muitos projetos, como estradas, ferrovias, telecomunicações e portos, nunca existiriam sem os chineses.

As principais reclamações contra as empresas chinesas residem nas relações trabalhistas, no favorecimento de empresas chinesas em obras públicas e na baixa qualidade dos produtos. A cada reclamação, os chineses reagem tentando contorná-las. As reclamações trabalhistas dizem respeito ao pagamento de salários abaixo do mínimo e emprego de trabalhadores chineses onde deveriam ser namibianos (LARMER, 2017). Pressionados por sindicatos e pelo governo namibiano, os empresários chineses criaram um código de conduta para cada empresa e traduziram as leis trabalhistas namibianas para o mandarim. Outro foco de reclamações é a *importação de trabalhadores*, pela qual os chineses entram no País com visto de trabalho para determinada fábrica, mas, na realidade, a grande maioria acaba empregando-se como mão de obra no comércio local (PISANI, 2014, p. 118-119; NEVES, 2013, p. 6).

Embora as relações sino-namibianas gerem descontentamento de parte da população e contribuam para a manutenção da elite governante no poder, não há ameaça à

ordem democrática (ALMEIDA, 2012, p. 69). Em recente visita a Pequim, o presidente namibiano afirmou que o seu povo opõe-se as acusações contra os chineses e considera a RPC o melhor amigo da África. Geingob disse ainda que os dois países têm amizade tradicional e a Namíbia atribui grande importância aos laços com a RPC (CHINA, 2018).

Para Pisani (2014, p. 128-130), professor de política na Universidade da Namíbia, a relação com os chineses irá influenciar na relação com outros países e organismos internacionais, principalmente se os chineses ampliarem a produção de urânio namibiano. Ele aconselha a Namíbia a desenvolver sua capacidade de negociação para colaborar com os demais países da SADC em busca de mais eficácia na relação econômica, política e comercial com a RPC. Embora haja benefícios, estes não devem ofuscar potenciais relações mais igualitárias com EUA, UE e Índia. Os objetivos da RPC podem não ser inteiramente do interesse da Namíbia, que deve perseguir a preservação dos direitos humanos e cuidar para não ser um fornecedor de “commodities” e comprador de produtos de baixa qualidade.

CERQUEIRA (2018), Adido de Defesa e Naval na Namíbia, afirma que a RPC é hoje um grande parceiro estratégico da Namíbia, presente em negócios de diversos segmentos do setor público, financiando e realizando obras que são fundamentais para a infraestrutura local, em especial as relacionadas ao setor de transporte. No setor privado, a RPC já começa a despontar nos empreendimentos que demandam maiores investimentos, como mineração e produção de cimento. Os chineses caminham para ser o maior parceiro do País fora do continente africano, com um grande potencial de aumentar a suas relações comerciais, principalmente utilizando o país como uma ponte para atingir os mercados consumidores dos países da SADC.

A geopolítica chinesa aparenta não ter interesses militares significativos na Namíbia. As ações chinesas nesse campo estão geralmente associadas aos interesses econômicos. O País é politicamente estável, seu litoral é seguro e não há problemas de

fronteira. Suas FA estão modernizando-se e ampliando lentamente, adquirindo armamento, principalmente da RPC e da Rússia. Sua marinha possui uma base naval em Walvis Bay e cinco meios navais. Possui dois portos, mas somente o de Walvis Bay é economicamente viável.

Almeida (2012, p. 65-68) constata que o apoio militar chinês prestado à SWAPO manteve-se após a independência da Namíbia, mas agora serve para reforçar os laços econômicos. A construção de uma academia militar, o financiamento e construção da base naval em Walvis Bay, o preparo de pilotos e o fornecimento de aeronaves militares e a construção do NApLog “Elephant” por custo reduzido, são alguns exemplos. Almeida adverte que a crescente aproximação militar entre Namíbia e a RPC pode afetar o relacionamento e os interesses da MB nesse país africano. Esse relacionamento será abordado no capítulo seguinte desta tese. Merece registro a doação, no final de 2017, de dois escoltas reformados construídos nos anos 1980 (GEINGOB, 2017).

Entretanto há outro cenário no qual a Namíbia atua timidamente que, para alguns autores, já consta da agenda geopolítica da RPC; o Atlântico Sul. Esse imenso espaço marítimo que outrora fora uma zona secundária ladeada por Estados voltados para o interior dos seus territórios e com atores externos pouco interessados, vem atraindo atenções nas últimas décadas, fruto da confirmação de grandes reservas de recursos energéticos nas plataformas continentais e de alimentos no mar e em terra, uma vez que tanto África com America Latina revelam-se como grandes produtores de alimentos, além do acesso à Antártida (NEVES, 2013, p.12). Na última década, observa Neves (2013, p. 7), os EUA criaram o “United States Africa Command” (AFRICOM)³⁶ e reativaram a Quarta Esquadra³⁷, o Brasil iniciou projetos de ampliação do seu poder naval e a RPC realizou, em 2014, a primeira visita

³⁶ Comando conjunto das FA dos EUA que atua no continente africano e nos oceanos que o rodeiam. Seu principal objetivo é promover a paz e a segurança nos países daquele continente.

³⁷ Força naval que atua no Oceano Atlântico, onde, essencialmente, realiza exercícios e ação de presença.

de seus navios de guerra ao porto de Walvis Bay.

Nos últimos anos, surgiram especulações sobre o interesse chinês no Atlântico Sul, incluindo um suposto projeto de instalação de bases navais, uma delas em Walvis Bay. Tais informações não encontram amparo em documentos oficiais ou análises consistentes, entretanto não se pode desconsiderar essa possibilidade em uma análise geopolítica. Farhaoui (2016) aponta, como motivação desse interesse, a importância geoeconômica de Walvis Bay no Atlântico Sul e ressalta a recente visita de navios chineses a essa cidade, além de diversas outras ao redor do cotado oceano. Neves (2013, p. 2-4) menciona a existência de recursos naturais, em especial os energéticos e as fontes de alimento de origem marinha, dentre elas a maior densidade de krill ³⁸ do mundo. Além disso, o autor destaca que as relações econômicas chinesas com a África e América do Sul concentram-se fortemente nos países limítrofes do Atlântico Sul, em especial Nigéria, Angola, África do Sul, Brasil e Argentina.

Os interesses da RPC na Namíbia são estreitamente ligados ao campo econômico norteado pelo modelo chinês aplicado na maioria dos países em desenvolvimento; importação de matérias primas e energia e exportação de produtos industrializados. Além de oferecer condições vantajosas para investimento, financiamento e comércio em relação a outros países, a RPC vale-se do relacionamento histórico que mantém com os países africanos. Em alguns casos, como o da Namíbia, a RPC apoiou o seu movimento de independência. As relações sino-namibianas estão ampliando-se e tomando nova dimensão que poderão influenciar o relacionamento com outros países.

As informações expostas nesta seção a respeito do relacionamento sino-africano, em especial com a Namíbia, devidamente alicerçada nas diretrizes geopolíticas chinesas, formam o arcabouço para a comparação com os interesses brasileiros, particularmente os da MB nessa mesma região, a ser realizado no capítulo 5.

³⁸ Pequeno crustáceo marinho que serve de alimento para peixes e também é usado para consumo humano.

4 INTERESSES DO BRASIL NA NAMÍBIA

Neste capítulo são exploradas as relações entre o Brasil e o continente africano, convergindo para a Namíbia, com o objetivo de conhecer os interesses brasileiros naquele país africano, no que tange aos campos econômico e militar. A pesquisa foi alicerçada, principalmente, na política externa brasileira para o continente africano e nos documentos condicionante da defesa nacional, emoldurados pelas orientações geopolíticas dos mais consagrados conhecedores dessa ciência no país. Para tanto, este capítulo está dividido em duas seções: a primeira aborda os interesses brasileiros no continente africano e serve de pano de fundo; e a segunda expõe os interesses do Brasil na Namíbia, cujos vínculos iniciam-se antes mesmo da independência daquele Estado africano, realçando as ações da MB em prol desses interesses. Com esse resultado, é possível confrontar, no próximo capítulo, as ações brasileiras e chinesas na Namíbia e apontar possíveis interferências que possam afetar os interesses do Brasil naquele país africano.

Para Menezes (2014, p. 229), pode-se afirmar que

[...] o Brasil e a África mantêm, hoje, um relacionamento dinâmico e diversificado, com interesses crescentes que se canalizam não apenas pelas vias bilaterais, mas também multilaterais, com a significativa intensificação do diálogo e da cooperação. Como países em desenvolvimento, com populações jovens e economias em expansão, o relacionamento entre as duas partes se apresenta com grande potencial de desenvolvimento, confirmando a importante dimensão daquele continente na política externa brasileira.

4.1 Interesses do Brasil na África

As Relações do Brasil com os países africanos alternaram momentos de aproximação e afastamento associados às trocas de governantes brasileiros e ao cenário internacional. A seguir, serão apresentados os fatos mais significativos desse relacionamento desde os anos 1960.

O General Golbery ressaltou como característica dominante da geopolítica brasileira, publicada no ápice da guerra fria em sua primeira grande obra, a colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém-mar:

[...] num raio bem mais avantajado a que se não devem furtar, por ‘avestruzismo’ comodista ou displicência criminosa, os povos que saibam reconhecer suas indeclináveis responsabilidades para com o futuro, devemos impor-nos vigilante observação do que se processa em toda a fachada arqueada da África fronteira, em cuja preservação contra o domínio de forças imperialistas agressivas nos incumbe, por interesse próprio e até por tradição, colaborar eficazmente, [...] E, no quadro dessa geopolítica da paz, criadora e afirmativa, o Brasil não poderá, nos dias de hoje e em face de um planeta tumultuado ainda mais pela miséria e pela fome do que por ambições expansionistas e de domínio [...], negar-se ao papel que lhe cabe no concerto das nações em prol da redenção de toda essa periferia econômico-social de que ainda participa, e que se estende, tragicamente, [...] através da África toda, [...] (SILVA, 2003, p. 169).

No início da década de 1960, a aproximação foi regida pelas diretrizes da chamada *Política Externa Independente*³⁹ (FIORI, 2013, p. 10). Havia um interesse comum pelo desenvolvimento econômico, proteção dos preços das “commodities”, industrialização e paz (COSTA, 2014 p. 27). Essa orientação levou o País a apoiar a autodeterminação dos povos africanos e a criar a Divisão Africana dentro do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com o intuito de aumentar o contato. A partir de meados dessa década, verificou-se um período de afastamento por conta do temor da expansão comunista na África, associada a movimentos de emancipação de viés ideológico, no bojo da Guerra Fria (FREITAS, 2016, p. 4).

Na década de 1970, o Brasil vivia a época do *milagre econômico*⁴⁰, o que impulsionou nova aproximação com a África no esforço de abrir mercado para os produtos manufaturados e de incentivar o estabelecimento das primeiras empresas brasileiras naquele continente. A *crise do petróleo*⁴¹ também influenciou essa aproximação, principalmente com aqueles países que dispunham dessa energia. O Brasil voltou a apoiar os movimentos de

³⁹ Política externa vigente entre 1961 e 1964, cujo propósito básico era a ampliação do comércio internacional livre de restrições ideológicas impostas pela bipolaridade EUA-URSS.

⁴⁰ Período de grande crescimento econômico brasileiro, entre 1969 e 1973.

⁴¹ Crise gerada pelo aumento nos preços do petróleo, forçado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O Brasil era altamente dependente de importações desse produto (MATTOS, 2011, v. I, p. 264).

emancipação e abriu novas embaixadas, passando de 12 em 1974, para 21 em 1984 (FREITAS, 2016, p. 4), além de assinar acordos comerciais e de cooperação técnica e realizar visitas oficiais de alto nível a países daquele continente (MENEZES, 2013, p. 222). O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer, em 1975, o Movimento pela Libertação de Angola como governo legítimo (COSTA, 2014, p. 28). Nesse cenário, Nigéria e Angola foram dois importantes parceiros comerciais para exportação de produtos industrializados e importação de petróleo. Por exemplo, as exportações para a Nigéria saltaram de US\$ 3 milhões em 1973, para US\$ 115 milhões em 1977, metade do comércio brasileiro no período (FREITAS, 2016, p. 4). Freitas (2004, p. 116) observa que, nessa época, a política externa brasileira tem por diretriz principal a substituição do conceito de amigo por parceiro e de ideologias por novos mercados.

A partir da metade da década de 1980, a *década perdida*⁴², o Brasil, abalado por uma crise econômica, cedeu espaço no comércio e reduziu seu espectro de influência política na África. Suas exportações para aquele continente reduziram ao mesmo tempo em que buscava maior aproximação com os EUA e os Países do Cone Sul. Entre 1985 e 1989, as exportações brasileiras para os países africanos caíram de 7,8% para 2,8% e as importações de 13,6% para 3,0%.

No campo político, dois assuntos destacavam-se na agenda brasileira para a África: O *apartheid*⁴³ na África do Sul, que afetou o relacionamento e implicou em sanções econômicas brasileiras àquele país, em 1985; e a independência da Namíbia (RIBEIRO, 2007, p. 65, 68 e 80). Em seu pronunciamento na ONU em 1985, o Presidente José Sarney declarou: “Reitero solenemente nossa total condenação ao *apartheid* e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas” (FUNDAÇÃO

⁴² Período de queda vertiginosa do PIB e aumento da dívida externa, da inflação e do desemprego no Brasil.

⁴³ Sistema de segregação racial institucionalizado existente na África do Sul até o início dos anos 1990.

ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2008, p. 11). No campo militar, destacaram-se: a criação, em 1986, da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS); o envolvimento do Brasil em missões de paz no continente africano; e as visitas de navios da MB a portos da costa ocidental. Segundo Almeida (2012, p. 31), essas visitas, prioritariamente efetuadas por navios construídos no Brasil, denotavam mais interesse comercial que de política externa.

Em contraste com o relacionamento econômico, a agenda da política externa brasileira atribuía certa relevância à África no momento que o Brasil aspirava a um assento no CS da ONU (FREITAS, 2016, p. 4). Nessa tendência, os interesses brasileiros concentravam-se tanto nos aspectos comerciais como políticos, em países africanos de Língua Portuguesa, na Nigéria e na África do Sul (RIBEIRO, 2007, p. 88 e 91).

Na primeira metade da década de 1990, a interação comercial Brasil-África era inexpressiva. A exceção da importação de petróleo, o comércio continuava em declínio. Os esforços diplomáticos eram direcionados para o estabelecimento de vínculo com os EUA, a Europa e os Países da América do Sul. A independência da Namíbia foi reconhecida em 1990 e, no ano seguinte, o Presidente brasileiro visitou o País. Na segunda metade dessa década, com a estabilização econômica propiciada pelo Plano Real ⁴⁴, o Brasil passou a buscar maior inserção internacional. Entretanto, o eixo central da política externa continuou a ser o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ⁴⁵ e o adensamento das relações com os países desenvolvidos, levando, inclusive, ao fechamento de embaixadas na África. As relações Brasil-África privilegiavam os Países de Língua Portuguesa, a Nigéria e a África do Sul. O envio de tropas para compor as forças de paz da ONU em Moçambique em 1994, e Angola em 1995, reforçou a imagem brasileira junto aos países africanos, reafirmando o interesse no apoio daqueles Estados no pleito por um assento permanente no CS (RIBEIRO,

⁴⁴ Conjunto de medidas tomadas para estabilizar a economia brasileira em 1994.

⁴⁵ Bloco econômico formado pelos principais países da América do Sul com o objetivo de integrar e desenvolver o comércio na região.

2007, p. 105, 116 e 126; COSTA, 2014, p. 32). Em 1996, foi estabelecida a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fórum multilateral de cooperação em diversas áreas que reforça os laços entre os países membros (MENEZES, 2013, p. 223).

A partir da década de 2000, o Brasil, acreditando na cooperação Sul-Sul, procurou intensificar as relações diplomáticas na África, visando maior interação comercial e o aumento da sua influência global (RIBEIRO, 2007 p. 223). No rastro dessa iniciativa, houve incremento de investimentos do setor privado e perdão de dívidas para países menores, como Moçambique. A ideia era formar a imagem de um país do sul preocupado com questões sociais, em contraste com a China, a Índia e as antigas potências coloniais. O volume de comércio Brasil-África saltou de US\$ 6 bilhões em 2003, para US\$ 28 bilhões em 2013 (GRAF. 10, p. 107). Mais de 500 empresas brasileiras marcaram presença em vários países africanos. O Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emitiram mais de US\$ 4 bilhões em créditos para exportação de bens e serviços (FREITAS, 2016, p. 5). Os principais projetos concentravam-se na construção de hidrelétricas, rodovias e aeroportos, exploração mineral e em pequenas e médias empresas, o que contribuiu para a melhoria da infraestrutura física no continente africano (MENEZES, 2013, p. 223). Deve-se salientar que, embora tenha havido aumento no comércio com a África, ele correspondeu a metade do aumento que ocorreu com o restante do mundo, denotando que os países africanos ainda não têm participação tão relevante no comércio brasileiro (COSTA, 2014, p. 52). Em 2006, foi inaugurada a Cúpula América do Sul-África (ASA) ⁴⁶ com o objetivo de abrir canais de diálogo político, estabelecer novas parcerias comerciais e ampliar projetos de cooperação.

Na esfera política, visitas oficiais de alto nível e conferências contribuíram para

⁴⁶ Maiores detalhes em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3674-cupula-america-do-sul-africa-asa>>.

estreitar os laços de cooperação Sul-Sul. O esforço brasileiro para inclusão da África do Sul no BRICS e a criação do fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)⁴⁷ foram passos importantes nesse sentido (FREITAS, 2016, p. 5). As relações Brasil-África passaram a ser prioridade na política externa brasileira, tendo boa repercussão entre os países africanos. Foram abertas ou reativadas embaixadas em 19 países africanos com reciprocidade em Brasília. Em 2010, o Brasil passou a ter representação diplomática em todos os países do continente (MENEZES, 2013, p. 223).

Segundo Abdenur e Souza Neto (2014, p. 216), a política externa brasileira, na última década, concentrou-se na expansão da cooperação internacional, especialmente na África, buscando projetar influência dentro e fora da sua região. No que tange aos países africanos, a base são os laços histórico-culturais transatlânticos e a solidariedade. Para os autores, o Governo brasileiro, sob a retórica da horizontalidade da cooperação Sul-Sul, buscou não apenas estreitar laços, mas também projetar influência arrastando interesses econômicos, políticos e de defesa. As cooperações concentraram-se na área econômica e social, todavia houve espaço para projetos na área de defesa como, por exemplo, a capacitação de militares da Namíbia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Nigéria e Angola.

Na área de cooperação técnica, destacaram-se os acordos bilaterais conduzidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁴⁸ para capacitação de recursos humanos, livre de condicionantes e sem previsão de lucros (MENEZES, 2013, p. 227). Costa (2014, p. 60) observa que, entre 2002 e 2011, o número de acordos de cooperação triplicou. Em pesquisa realizada por Abellán e Alonso (2017, p. 8), constatou-se que 64% da ajuda brasileira destinada à cooperação internacional para o desenvolvimento, entre 1998 e 2010, foram direcionadas à África e que os países da CPLP foram os maiores beneficiados com 83% do

⁴⁷ Fórum de diálogo político e econômico, criado em 2003. Maiores detalhes em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>.

⁴⁸ Agência vinculada ao MRE, responsável pela centralização das atividades de cooperação técnica desenvolvidas pelo Governo brasileiro.

total.

Segundo Menezes (2014, p. 227), as iniciativas de aproximação com a África também aconteceram em frentes multilaterais, valorizando o diálogo com organizações regionais e sub-regionais, como a UA e a SADC.

Um dos pontos de contato do Brasil com a África que merece destaque é a CPLP. Idealizada pelo Governo português em 1983, tomou força nas mãos da diplomacia brasileira que organizou o primeiro encontro de Chefes de Estado de Língua Portuguesa em 1989, quando foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Em 1996, a CPLP foi de fato criada na Cimeira de Chefes de Estado em Lisboa. Embora esse Fórum tenha como objetivos gerais a harmonia política e a cooperação nos domínios social, cultural e econômico, assuntos relacionados com segurança passaram a fazer parte da agenda desde 2009, reflexo das atividades criminosas que ocorrem no Golfo da Guiné (MD, 2018a; MRE, 2018a; CPLP, 2018).

Pelo exposto até aqui, é possível perceber que o relacionamento Brasil-África é orientado, predominantemente, pelo campo econômico. Entretanto, o campo militar também está presente, ainda que com menor grau de importância e por vezes atrelado às diretrizes econômicas. A seguir serão apresentados os atuais interesses brasileiros naquele continente sob a ótica militar, bem como as ações desenvolvidas em prol desses interesses pelo MD, cujo principal executor é a MB.

Os documentos que orientam as ações do MD são a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Abaixo são expostos os principais assuntos abordados nesses documentos com foco no tema desta tese.

A PND (BRASIL, 2016c, p. 5), documento de mais alto nível do País em questões de defesa, estabelece os objetivos gerais desse setor tendo em conta, dentre outras diretrizes, os preceitos constitucionais e a política externa. Dentre seus princípios estão: a promoção da

paz e da segurança internacionais; o multilateralismo; e a projeção do País no concerto das nações, visando à ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais. A área de interesse prioritário da defesa é o *entorno estratégico brasileiro*⁴⁹ que inclui, dentre outras regiões, o Atlântico Sul e os países da costa ocidental africana. Realçam-se ainda na PND: a especial atenção à cooperação com a CPLP; a importância dada ao Atlântico Sul; o reconhecimento da crescente demanda por ajuda humanitária e por operações de paz e da tendência ao multilateralismo; e a preocupação com a intensificação de disputas por áreas marítimas e por fontes de alimentos e de energia, com o terrorismo e crimes internacionais e com a possibilidade de militarização do Atlântico Sul.

O Contra-Almirante Mello (ALMEIDA, 2012, p. 22), ao tratar sobre a relevância da África ocidental e do Atlântico Sul, depreende que a região tem importância geoestratégica para o Brasil e que a manutenção de um ambiente de paz e cooperação atende aos interesses do País, contribuindo para a preservação de suas atividades econômicas. Sendo assim, externa sua preocupação com a atual tendência de crescimento da presença militar estrangeira na costa ocidental da África, o que poderá gerar efeitos ainda incertos sobre a estabilidade e segurança regionais.

Com base na PND, a END (2016a, p. 33-40) define as ações estratégicas de defesa, dentre as quais se evidenciam as seguintes: incrementar a participação em exercícios operacionais com outros países; preservar nacionais em situação de risco e resguardar bens, recursos e interesses brasileiros, no exterior, inclusive as LCM; incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países; incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia; intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais; intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com

⁴⁹ Segundo Mattos (2014, p. 168), não há nos dicionários da língua portuguesa e nem mesmo no Glossário das FA uma definição para esse termo. Assim, sugere considerada a proposta do professor Fiori (2013, p. 32): “região onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar”.

outros países; intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos interregionais; e intensificar e desempenhar responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.

Em consonância com a END, as FA brasileiras atuam na crescente cooperação com as FA africanas nas áreas de capacitação de pessoal, apoio técnica e ensino e na participação em exercícios militares, como a ATLASUR e a IBSAMAR ⁵⁰. Dos acordos de cooperação, cabe realçar a contribuição da MB para a formação da MN, que será abordada na próxima seção (BRASIL, 2016b, p. 82). No tema segurança marítima, a MB participa com meios navais da Operação OBANGAME EXPRESS, conduzida pelos EUA no Golfo da Guiné com o objetivo de aumentar a segurança, realizando patrulhas e capacitando as marinhas da região. No final de 2017, o Brasil foi convidado pela ONU a participar com tropas da missão de paz na República Centro Africana, mas ainda não confirmou por questão financeira. Aqui cabe destacar que as participações brasileiras nas missões de paz da ONU ocorrem desde 1947 com pessoal e meios, sendo a ampla maioria no continente africano (BRASIL, 2016b, p. 121).

Dentre as ações brasileiras da área de defesa na África, Fiori (2013, p. 11) destaca: os acordos de cooperação com África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Cabo Verde; e os acordos comerciais de empresas brasileiras como ENGEPRON e EMBRAER, esta última em projetos conjuntos com a África do Sul de um míssil, de um avião cargueiro e de veículos aéreos não tripulados.

No âmbito da CPLP, as FA brasileiras tem papel marcante na integração com as demais FA desse fórum, participando das reuniões anuais dos Chefes de Estado-Maior e da Operação Felino, cujo objetivo é preparar uma Força Tarefa conjunta para atuar em missões

⁵⁰ Exercícios militares conjuntos que contam com a participação das Marinhas do Brasil e da África do Sul, entre outras.

de paz e ajuda humanitária (MD, 2018b; MRE, 2018b; CPLP, 2018).

A segurança no Atlântico Sul é hoje o assunto mais significativo do campo militar que liga Brasil e África. O significado deste oceano para o País já era citado há mais de 40 anos por renomados geopolíticos brasileiros. Análise feita por Freitas (2004, p. 115) nos escritos de Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro, mostra que, sob o ponto de vista desses geopolíticos, o Atlântico Sul é essencial para o Brasil nos enfoques militar e econômico. Por ele fluem as LCM indispensáveis para a vida do País. Um conflito nessa região, motivado por novos interesses mundiais, como a Antártica, não pode ser descartado. Trata-se de uma imensa área estratégica vazia de poder que importa preencher urgentemente.

A segurança no Atlântico Sul é um tema amplo que não cabe ser tratado nesta tese. Por ora, será abordado como um dos motivadores da aproximação entre o Brasil e os países africanos. Na visão de Mattos, (2011, v. I, p. 257), válida nos dias de hoje, o acesso à África é mais fácil do que à fronteira amazônica com países vizinhos. Nessa direção está a ZOPACAS, fórum criado em 1986 pela ONU, por iniciativa do Brasil, para promoção da cooperação política, econômica, comercial e científica e para a manutenção da paz na região. Único fórum que reúne os 24 países banhados pelo Atlântico Sul, a ZOPACAS foi inicialmente idealizada com o objetivo de conter o comunismo e blindar a região contra interesses de potências estrangeiras, procurando mantê-la desmilitarizada. No momento de sua criação, os EUA foram contra e alguns países europeus abstiveram-se. Com o fim da guerra fria nos anos 1990, o fórum teve sua importância reduzida no âmbito da política externa brasileira (ABDENUR e SOUZA NETO, 2014, p. 229). A partir de 2007, a agenda foi revisada em face do novo cenário geopolítico e passou a apontar para as preocupações com a pirataria, o roubo armado e o tráfico de droga e armas e incluiu proposta de ações de cunho social como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2016b, p.

33; MACEDO, 2013. p. 401).

4.2 Interesses do Brasil na Namíbia

O relacionamento entre Brasil e Namíbia, assim como com a grande maioria dos demais países africanos, teve considerável crescimento nos anos 2000, quando a política externa brasileira voltou-se para a diversificação de parcerias comerciais e políticas e aproximou-se de países da América do Sul, África e Ásia. A agenda externa brasileira, normalmente centrada em questões econômicas, foi ampliada almejando um papel de maior destaque no cenário internacional com participação em missões de paz e intermediação de conflitos (BORELLI, 2016). Nesse curso, a MB tem um papel relevante atuando como órgão executor do acordo de cooperação firmado entre Brasil e Namíbia.

As relações Brasil-Namíbia antecedem a independência daquele país africano. A visita, em 1987, do então líder da SWAPO a Brasília, onde foi recebido pelo Presidente brasileiro, lançou as bases da futura cooperação bilateral. O Brasil apoiou a independência da Namíbia junto a ONU ⁵¹, inclusive na declaração da ZOPACAS que considerava essencial para a segurança do Atlântico Sul o autogoverno da Namíbia. A troca de visitas oficiais de alto nível, inclusive de presidentes, acentuou-se nos anos 1990 e na primeira década do século XXI (ALMEIDA, 2012, p. 36).

A MB, na sua atuação diplomática, participa desse processo de aproximação desde 1991, ano que se idealizou um protocolo de cooperação marítima entre os dois Países. Em 1994, fez-se presente com a Fragata *Niterói*, primeiro navio a adentrar em Walvis Bay após transferência definitiva desse porto da África do Sul para a Namíbia ⁵².

⁵¹ Citado na página 57 desta tese.

⁵² O porto de Walvis Bay permaneceu sob a jurisdição da África do Sul até 1994.

Ainda em 1994, foi assinado o ACNBN. Esse Acordo previa o fornecimento de uma série de bens e serviços que, em essência, fundamentaram a criação da MN. Até o final dos anos 1990, a MB colaborou com os seguintes serviços: formação de oficiais e praças da MN no Brasil; levantamento hidrográfico e atualização das cartas do porto de Walvis Bay, sem custos para a Namíbia; e elaboração do projeto de engenharia para construção de uma base naval em Walvis Bay. A contrapartida da Namíbia seria a compra de quatro navios-patrolha e a construção da referida base naval com firmas brasileiras, intermediadas pela ENGEPRON, o que não aconteceu em função da falta de recursos. Posteriormente, a compra de quatro navios foi reduzida para um e a construção da base foi assumida por uma empresa chinesa (SCOFIELD, 2011, p. 55; ALMEIDA, 2012, p. 39).

Segundo Almeida (2012, p. 42), essas oportunidades foram perdidas não pela escassez de recursos namibianos, mas pela falta de uma política externa integrada. Embora a MB⁵³ e o MRE atuassem de forma coordenada, o mesmo não acontecia com a área econômica do Governo, que tratava essas negociações estritamente com visão comercial, descartando qualquer forma de subsídio ou financiamento.

No início dos anos 2000, quando o Brasil vivia um promissor crescimento econômico, diversas empresas, como a PETROBRAS e algumas empresas de construção civil, chegaram à Namíbia para investir e ampliar seus negócios em um país novo com muitas oportunidades. A cooperação amparada pelo ACNBN, revisado em 2001, foi ampliada. Até 2010, o acordo alcançou as seguintes marcas: execução do levantamento da plataforma continental da Namíbia; reforma e doação da ex-Corveta *Purus*; construção de um navio-patrolha e duas lanchas; ativação do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) com a tarefa de auxiliar na criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia; fornecimento de material de FN; e ativação da MAN com a tarefa de auxiliar na estruturação da MN nas

⁵³ O MD foi criado somente em 1999. Até então, a MB tratava diretamente com os demais ministérios.

áreas de logística, pessoal, adestramento e operação e manutenção de meios navais.

Segundo Ribeiro (2113, p. 68), ao assumir o inédito compromisso de auxiliar a formação da MN, a MB atingiu novo patamar na sua contribuição à diplomacia brasileira em relação ao continente africano.

A partir de 2010, o ACNBN praticamente se reduziu ao apoio do GAT-FN e da MAN. Embora tenham havido consultas para aquisições de novos meios, nenhum contrato foi fechado. O convívio, por dois anos, do autor desta tese com as principais autoridades da MN, permite concluir que os principais motivos desse desinteresse foram: alguma insatisfação com a manutenção pós venda dos meios adquiridos do Brasil; a limitação no orçamento de defesa namibiano; e o custo de aquisição em outros países, notadamente na RPC, menor que o brasileiro.

Atualmente, como comprova o Adido de Defesa e Naval na Namíbia (CERQUEIRA, 2018), embora haja incentivo do Governo namibiano e prospecção de negócios por parte de empresas brasileiras, praticamente nada se concretiza. O que parece explicar essa situação é a conjuntura econômica de ambos os Países, que inibe as empresas brasileiras de tentar projetar-se internacionalmente sem ter estabilidade no Brasil. O que desperta algum interesse nesse comércio é a possibilidade de acesso ao SADC, uma vez que o mercado interno namibiano é pouco atraente. Na área de defesa, prossegue o ACNBN com a MAN e o GAT-FN e os intercâmbios de ensino para oficiais e praças namibianos no Brasil, cujo efetivo distribuído pelas FA brasileiras em 2015, o maior dentre todos os países, é de 76, de acordo com o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2016b, p. 82 e 99). A investida chinesa junto a MN, fornecendo um NApLog em 2012, por preço simbólico, interrompeu a compra de navios no Brasil, mas também permitiu, pela comparação, comprovar a superioridade do suporte logístico brasileiro e o comprometimento com o apoio técnico para operação e manutenção (PIRES, 2018).

Para Macedo (2013, p. 404), a ACNBN é uma experiência de sucesso que combina a diplomacia naval com a cooperação, obtendo resultados positivos tanto na política externa brasileira como na PND. Almeida (2012, p. 47) tem a mesma opinião acrescentando que há benefícios para ambas as marinhas. A MN tem obtido progressiva autonomia no cumprimento de suas tarefas e alcançou, em curto tempo, um estágio de preparo que seria inviável sem o apoio brasileiro. Por sua vez, a MB projeta-se como instituição confiável e profissional perante a comunidade marítima internacional e, em especial, perante os demais países da costa ocidental da África.

Como pôde ser constatado, as relações Brasil-África são fortemente influenciadas pelos projetos de governo, que mudam constantemente, e pela situação econômica, bem como, em menor grau, pelo cenário internacional. Pode-se notar que não há uma política externa consistente para o continente africano. O Atlântico Sul, ponte entre Brasil e África e de grande importância econômica para ambos, vem tendo mais atenção ao longo dos últimos anos por conta de problemas de segurança na costa africana. Com relação à Namíbia, a intensa aproximação presente no início deste século arrefeceu. A atual situação econômica interna, tanto do Brasil quanto da Namíbia, desmotiva novos negócios. No campo militar, a MB mantém um canal de relacionamento que, no futuro, pode trazer novas oportunidades e, no presente, constrói fortes laços de amizade com a MN. Para além das prevenções comerciais, o relacionamento entre MB e MN contribui com os objetivos brasileiros de preservar a paz e a cooperação no Atlântico Sul.

Com as informações levantadas neste capítulo, é possível confrontar, no próximo capítulo, os interesses brasileiros e chineses na África e Namíbia, a fim de validar ou não a hipótese formulada no início desta tese.

5 CONFRONTAÇÃO DE INTERESSES

Neste capítulo, são confrontados os interesses e as ações de chineses e brasileiros levantados nos capítulos 3 e 4, com o propósito de verificar se há sobreposição entre eles. A hipótese formulada, ao início desta tese, admite evidências de que os interesses chineses na Namíbia são conflitantes com os brasileiros e que o Brasil estaria em desvantagem em face do poder econômico da RPC.

Considerando que a Namíbia está inserida no contexto político-econômico do continente africano e que as políticas externas, tanto do Brasil como da RPC, para aquele país africano são influenciadas pelas diretrizes gerais para o continente, a abordagem comparativa leva em conta esse espectro mais amplo.

A RPC, segunda maior economia mundial, começou a aproximação com a África por motivação econômica no final dos anos 1980. Sua entrada no continente foi sustentada pelos *cinco princípios da coexistência pacífica*. O seu inigualável crescimento econômico necessitava de energia e matéria prima para alimentar suas indústrias e de mercado para seus produtos industriais. Do outro lado, a África com novos países independentes e carentes de toda a sorte de bens materiais e benefícios sociais procurava alternativa às potências coloniais. Nesse contexto, o continente africano passou a ter participação relevante na geopolítica chinesa e a ser destinatário de vultosos recursos para investimentos e financiamentos com taxas reduzidas e, até mesmo, doações. O efeito colateral dessas doações e empréstimos a juros módicos, que atraem a boa vontade dos governantes, é o favorecimento de alguns governos autocratas que se perpetuam no poder contra a vontade da maioria da população, gerando instabilidade. O ponto negativo da relação comercial sino-africana está na falta de envolvimento da RPC nos aspectos socioambientais dos países com quem comercializa. Os financiamentos, condicionados à contratação de empresa e de mão de obra chinesas, têm

gerado críticas da sociedade civil africana pelo desprestígio aos trabalhadores locais e omissão com a preservação ambiental. No entanto, com todos os prós e contras na balança africana, o fiel penda em favor da presença da RPC no continente.

Na Namíbia, os chineses já predominam nos setores de mineração, construção civil pública e privada e no comércio varejista. Na mineração, salienta-se a extração de urânio que tem grande potencial para alavancar a economia namibiana. A expansão do porto de Walvis Bay deverá abrir as portas da SADC para o comércio com a RPC, angariando benefícios econômicos para a Namíbia. O Governo namibiano é amplamente favorável aos chineses, não obstante haja reclamações quanto aos aspectos socioambientais e qualidade dos produtos.

No campo militar, as ações chinesas na África basicamente se caracterizam pela venda de equipamento militar, ou seja, têm fundo comercial. Mais recentemente, preocupada com a crescente instabilidade em alguns países africanos, o que oferece risco aos seus investimentos e aos cidadãos chineses, a RPC ampliou a sua participação nas operações de paz no continente. Com relação à Namíbia, sob a ótica militar, a proximidade pode servir como ponto de apoio para a presença naval chinesa no Atlântico Sul, onde há preocupação crescente com as LCM de interesse, principalmente aquelas que transportam petróleo. Os benefícios da relação com os chineses chegaram a MN na forma de doações de navios de guerra, afastando, pelo menos nos próximos anos, qualquer possibilidade de aquisição de meios em outros países.

O Brasil, no seu caminho para o desenvolvimento, mantém um relacionamento de altos e baixos com a África, desde os anos 1960. A situação econômica do país e as ideologias de governo sempre nortearam essa ligação. A política externa mais recente, dos últimos 15 anos, procurou uma aproximação com mais atitude nas áreas comercial e de cooperação, apresentando-se como alternativa às potências econômicas e sempre com foco no respeito à

autodeterminação, privilegiando o multilateralismo e a horizontalidade no relacionamento Sul-Sul. O diferencial marcante da proposta brasileira, em relação a outros Estados com negócios no continente, é a preocupação com as questões sociais. Ao longo dos últimos 40 anos, os países com os quais teve maior aproximação foram os de Língua Portuguesa, Nigéria, África do Sul e Namíbia.

No campo militar, o interesse está calcado na segurança do Atlântico Sul, envolvendo os países africanos da costa ocidental. Em que pesem a oscilação da economia e o direcionamento político do País, esse tema está presente na agenda de defesa desde a década de 1980 e, atualmente, cresce em relevância em decorrência dos atos de pirataria e roubo armado que vêm ocorrendo, em especial no Golfo da Guiné.

A Namíbia não foge a regra para os demais países africanos, embora haja interesse, as ações sempre foram condicionadas pela situação econômica do Brasil. Na década de 2000, no arrasto da política externa e da situação econômica favorável, algumas empresas aventuraram-se naquele país, mas o surgimento de novas crises na década seguinte e a concorrência desigual com as empresas chinesas subsidiadas pelo seu governo desestimularam e reduziram os investimentos privados. A MB, já na década de 1990, atuava na cooperação para formação da MN e como ponta de lança para a indústria nacional de defesa. Pode-se considerar que o ACNBN, próximo de completar 25 anos, é o instrumento que mais fomenta a relação entre esses dois países. Por intermédio desse acordo, foram vendidos um navio-patrolha, duas lanchas e variado material de FN e foi negociada, mas não concretizada, a construção de uma base naval. Desde 2010, ano que a RPC expandiu sua atuação ao Setor de Defesa da Namíbia, não houve outras aquisições. O acordo ainda está em vigor e a MB continua cooperando com a estruturação da MN.

Para além dos campos econômico e militar, o campo político, apenas superficialmente explorado nesta tese, mostra uma igualdade de propostas e de interesses

brasileiros e chineses na África; o de contar com o apoio daqueles países para ampliar seu papel como ator internacional e defensor do multilateralismo. Porém, a atitude mais agressiva da RPC com relação às suas disputas territoriais, em paralelo com a modernização e o crescimento das suas FA, deixa transparecer uma imagem de potência que aspira à hegemonia militar e política na sua região, embora negue e trabalhe constantemente para mostrar que essas ações estão voltadas, legitimamente, para a garantia da sua soberania.

Comparando os interesses e as ações do Brasil e da RPC no campo econômico, pode-se perceber a grande desvantagem que as empresas brasileiras têm frente às concorrentes chinesas apoiadas pelo seu governo, política e financeiramente. Esse quadro foi percebido por Fiori (2013, p. 11) que vai além e afirma que, na próxima década, o País terá que enfrentar pesada concorrência não somente da RPC, mas também de outros emergentes e potências tradicionais, na busca por mercados na África. Para Freitas (2016, p. 6-9), o Brasil terá que ser mais competitivo para disputar o mercado africano com a RPC. As relações Brasil-África cresceram rapidamente para garantir uma maior influência do Sul global na nova ordem mundial, mas, em certas áreas, que carecem de grande aporte financeiro, as palavras não foram seguidas por ações.

Menezes (2013, p. 229-237) compara as ações do Brasil e da RPC na África e chega as seguintes conclusões: que, em termos de política externa, ambos os países atuam respeitando a autodeterminação, não intervindo na política interna dos Estados africanos; que, mesmo sob condições desiguais, é possível que as empresas brasileiras compitam com as chinesas, citando como exemplo a PETROBRAS que predomina na área de extração em águas profundas, onde os chineses não detêm tecnologia para tal; e que pesa contra as empresas da RPC o fato de empregarem exclusivamente mão de obra chinesa, ao contrário das brasileiras que desenvolvem projetos, por vezes em parceria com consórcios africanos, criando empregos diretos. O autor constata a dificuldade das empresas brasileiras, mas

acredita que há margem para competir em igualdade de condições ou mesmo com vantagem em várias áreas. Além disso, entende que a identidade étnica e cultural e a cooperação voltada para a área social são o diferencial que favorecerá o Brasil nas relações comerciais. Tal diferencial é citado no *Plano Brasil 2022*⁵⁴ que também crê na viabilidade da ampliação dos negócios com a África (BRASIL, 2010, p. 54).

Comparando os interesses e ações do Brasil e da RPC no campo militar, constata-se que os chineses não oferecem risco as pretensões do Setor de Defesa brasileiro na África. Os interesses chineses neste campo são guiados pelas diretrizes econômicas e, basicamente, consistem na venda de material bélico. Já o Brasil tem considerável influência na MN, onde a quase totalidade do seu pessoal foi formada ou adestrada pela MB, desde 1994. O ACNBN abriu as portas daquele país para a indústria nacional de defesa, tendo bons resultados, até o momento que a RPC passou a atender as necessidades da MN com doações. Entretanto, o suporte logístico do material brasileiro mostrara-se superior aos do material chinês, o que remete a possibilidade de novas aquisições no futuro. Na opinião de Almeida (2012, p. 50), para que isso ocorra, é essencial que haja uma política integrada, com a participação do Setor Econômico do Governo, que não veja o ACNBN somente como um facilitador para obter vantagens comerciais de curto prazo.

Concluindo este capítulo, chega-se ao teste da hipótese formulada. Os eixos analíticos são o econômico e o militar.

No que se refere às relações econômicas, pode-se afirmar que a hipótese formulada é válida. As ações chinesas na Namíbia, sustentadas pelo seu poder econômico, sobrepõe as iniciativas brasileiras, fazendo prevalecer os interesses da RPC em detrimento dos do Brasil, embora haja exceções em áreas onde a capacidade tecnológica brasileira supera a

⁵⁴ Plano nacional que define um conjunto de metas para o ano do bicentenário da Independência. Cita a RPC como o país de maior sucesso econômicos dos últimos 20 anos.

chinesa. Ressalva-se que essa adversidade não é intransponível, uma vez que a conjuntura econômica brasileira pode evoluir positivamente e dar novo fôlego às empresas nacionais em pouco tempo. Para tanto, é fundamental que haja, além de estabilidade interna, uma maior integração entre a política externa e política econômica do Governo brasileiro.

No que tange aos interesses militares, a hipótese é refutada. Isolando-se a questão da venda de material bélico, cuja natureza é comercial, não se observou, dentro do limite de pesquisa desta tese, qualquer ação chinesa que impacte diretamente com as ações do Setor de Defesa do Brasil. Os interesses militares brasileiros na Namíbia estão centrados na segurança do Atlântico Sul. Por esse ponto de vista, a doação de navios chineses à Namíbia, favoreceu os objetivos da ZOPACAS. Faz-se ressalva quanto à possibilidade, no futuro, da RPC estender sua presença naval às águas do citado oceano por conta das atividades criminosas que veem ocorrendo na costa africana. A militarização desse oceano, por forças navais de países que não participam da ZOPACAS, poderia contrariar os interesses brasileiros.

6 CONCLUSÃO

Esta tese propôs-se a identificar os interesses e as ações da RPC na Namíbia, a luz da sua geopolítica, e a confrontá-los com os do Brasil, a fim de evidenciar eventuais sobreposições onde o Brasil esteja em desvantagem e, com os resultados, sugerir mudanças de políticas e ações a serem desenvolvidas para minimizar as desvantagens constatadas. Após uma análise preliminar, foi possível formular a hipótese de que há evidências da sobreposição de interesses e que o poder econômico é fator de desequilíbrio a favor da RPC. A pesquisa concentrou-se nos campos econômico e militar, escolhidos por serem mais relevantes para a MB.

Para conhecer a geopolítica chinesa, antes foi necessário recorrer ao referencial teórico, apresentado no capítulo 2, para entender os conceitos dessa ciência. Assim foi possível pesquisar com exatidão e expor, no capítulo 3, a geopolítica da RPC, iniciando pela identificação das suas determinantes, baseadas na história, na geografia e na política, chegando as suas diretrizes mais amplas que objetivam o bem-estar do seu povo e a sua segurança nacional. Essas determinantes da geopolítica identificadas abrangem um vasto espectro de áreas de atuação, desde a segurança interna até a garantia da soberania, passando pelas políticas externa e economia, dentre outras.

Em uma primeira filtragem, ainda no capítulo 3, passou-se a atentar para as diretrizes relacionadas ao âmbito externo, cujas principais são: a manutenção do seu crescimento econômico, que demanda a importação de insumos e energia e a exportação de produtos; o princípio do *não intervencionismo*; a aspiração a ator no cenário internacional; a busca do predomínio na sua região; a perseverança e a firmeza nas disputas territoriais; e a modernização das suas FA. Em uma segunda filtragem, a pesquisa passou a concentrar-se nas diretrizes comuns a todos os países do continente africano e nas ações especificamente adotadas na Namíbia. Permearam essa filtragem: a atuação integrada das políticas externa e

econômica e da diplomacia, coordenada pelo Governo central; a busca pela aproximação com todos os países africanos, apoiada principalmente no FOCAC; e o aumento da participação nas operações de paz no continente. Na Namíbia, têm relevância: o investimento em mineração; e a expansão do porto de Walvis Bay com propósitos comerciais, mas que, caso necessário no futuro, pode ter emprego militar.

A pesquisa conduzida no capítulo 4 revelou os interesses e as ações brasileiras na África e na Namíbia. As principais bandeiras de aproximação são: os laços culturais; a horizontalidade e o multilateralismo na união Sul-Sul; e o *não intervencionismo*. Observou-se que não há uma política de Estado para o continente africano, mas sim de Governos com forte sujeição à situação econômica. Há pouca integração entre o Setor Econômico do Governo e a iniciativa privada. O diferencial brasileiro está nos acordos de cooperação sem condicionantes e no comprometimento com os aspectos socioambientais. Na Namíbia, o ACNBN é o instrumento que mais fomenta as relações bilaterais, não somente no aspecto defesa, onde a segurança no Atlântico Sul é o ponto comum, mas também no comercial.

A comparação dos interesses do Brasil e da RPC, realizada no capítulo 5, confirmou a sobreposição e a desvantagem brasileira no campo econômico. Já no campo militar, constatou-se que, até este momento, os chineses não oferecem risco as pretensões do Setor de Defesa brasileiro na África. A MB mantém um considerável prestígio junto na MN.

A hipótese formulada ao início e colocada à prova ao final, com amparo das informações colhidas e analisadas ao longo da tese, foi parcialmente validada. Na separação dos interesses do campo econômico dos do campo militar, averigua-se que a hipótese é validada na comparação no campo econômico e refutada, por ora, na comparação no campo militar.

Em conclusão, as informações colhidas nas pesquisas, a comparação feita e a análise dos resultados permitiram conhecer os reflexo, para o Brasil e para a MB, da investida

chinesa na Namíbia, em especial na MN.

Sob o ponto de vista mais amplo da economia nacional, notou-se que a competição por mercado na Namíbia, e mesmo em outros países africanos, exige um maior esforço conjunto. A cooperação sem condicionantes e o compromisso brasileiro com os aspectos socioambientais, embora sejam um diferencial que favorece o País, por si só não bastam para alavancar as relações comerciais. A Namíbia é um país com grande margem para crescimento e com oportunidades de investimentos em diversas áreas. O diferencial da proposta brasileira aliado à integração das políticas externa e econômica brasileiras, em um planejamento de longo prazo e em consonância com o setor privado, podem abrir mais portas na Namíbia e em todo o continente.

Nesse sentido, merece destaque o ACNBN, projeto da MB mais relevante em todo o continente africano, com 24 anos de duração. Seu sucesso estendeu-se do campo militar para o comercial, onde a atuação integrada MB e do segmento da construção naval contribuiu para o fomento da indústria nacional de defesa. Se hoje a aquisição de meios está estagnada por conta das doações chinesas, num futuro próximo podem ser retomadas, novamente intermediadas pelo ACNBN e contando com a integração dos setores necessários.

A presença da RPC na Namíbia não afeta a relação entre a MB e MN e, até o momento, não representa preocupação com relação aos objetivos da ZOPACAS. Se a doação de meios representou um revés no campo econômico, no campo militar favoreceu a segurança do Atlântico Sul e representou um salto em disponibilidade de meios para a MN.

Mesmo não sendo o foco principal da tese, foi possível conhecer a potencialidade econômica do Atlântico Sul e observar que o crescimento das ações criminosas nesse oceano está atraindo as atenções internacionais e a indesejável presença militar estrangeira. Esse tema é de relativa complexidade e um grande desafio, considerando a situação dos países que rodeiam o citado oceano.

Encerrando este capítulo e a tese, apresentam-se as propostas de mudanças políticas e ações a serem desenvolvidas para minimizar as desvantagens constatadas.

A Namíbia, assim como todo o continente africano, revela grandes oportunidades comerciais e de investimentos percebidas por todos os países, incluindo a China. Disputar esse mercado com empresas apoiadas pelo Governo da 2ª maior potência econômica requer o envolvimento de vários setores. A proposta que se deixa para o âmbito nacional é de avaliar a adoção de uma política integrada por diversos setores do governo e da iniciativa privada, que dê mais competitividade internacional às empresas brasileiras. O Brasil possui empresas competitivas pela capacidade técnica, que, com coordenação em alto nível, poderão ter bons resultados. O ACNBN é um exemplo a ser avaliado e replicado.

O Acordo de Cooperação que liga a MB e MN tem grande importância estratégica para o Setor de Defesa do Brasil. Sua atuação no campo militar e a intermediação com a indústria nacional de defesa, além de reforçar os laços entre as marinhas e os países, contribuem para os objetivos da ZOPACAS e para a formação de uma boa imagem do Brasil naquele continente. A proposta, a ser submetida à apreciação da MB, é de manter o atual Acordo, ajustando às novas e crescentes necessidades da MN, e manter a interação, via ENGEPRON, com o setor industrial brasileiro, contribuindo para fortalecer e ampliar a Base Industrial de Defesa.

Finalizando, espera-se que esta tese possa contribuir para reflexões sobre a relação sino-namibiana, a luz as geopolítica chinesa, e sobre o papel da MB nas relações Brasil-Namíbia. A pesquisa conduzida e as conclusões alcançadas não esgotam o tema. Ao contrário, novos temas relacionados são vislumbrados, como: a possibilidade de parcerias de defesa e comerciais com a RPC na África, no amparo do BRICS; os futuros desafios da ZOPACAS; ou a contribuição da MB para a aspiração do Brasil a ator no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

ABELLÁN, Javier; ALONSO, José Antonio. **The role of Brazil as a new donor of development aid in Africa**. 2017. 15 f. Trabalho apresentado na Conferência: Africa, New Powers, Old Powers, na Universidade de Bolonha, em 4-5 maio 2017. Bolonha, 2017.

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África. In. NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, p.215-238, 2014.

ALBERT, Eleanor (Org.). China in Africa. **Council on Foreign Relations**. New York, última atualização: 12 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/china-africa>>. Acesso em: 12 maio 2018.

ALMEIDA, Carlos Henrique Mello de. **A Presença da China na Costa Ocidental da África - O Caso da Namíbia**: implicações para o poder naval brasileiro. 2012. 154 f. Tese (Política e Estratégia Marítimas) - EGN, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.778, de 11 de julho de 2003**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Brasília, 2016a. Disponível em: <https://defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Brasília, 2016b. Disponível em: <https://defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Brasília, 2016c. Disponível em: <https://defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Brasil 2022**. Brasília: SAE, 2010.

BRITANNICA. **China**. Encyclopædia Britannica Online. Encyclopædia Britannica Inc. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/China>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CARDOSO, Alberto. **Os Treze Mandamentos da Arte da Guerra**: uma visão brasileira da obra de Sun Tzu. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.

CARMONA, Ronaldo Gomes. **Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea**: Mahan, Mackinder e a “grande estratégia” do Brasil para o século XXI. 2012. 166 fls. (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Área de concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTRO, Demian. China e as Conexões do Desenvolvimento: questões de economia, sociedade e política. **Revista Tempo do Mundo - ipea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 37-82, jul. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8203/1/TdM_v3_n2.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

CERQUEIRA, Marcelo Appolinário: inédito. Windhoek, Namíbia. 15 de julho 2018. Resposta a questionário submetido pelo autor via e-mail.

CHINA e Namíbia concordam em estabelecer parceria estratégica abrangente. **People.cn**, 04 de maio de 2018. Disponível em <<http://portuguese.people.com.cn/n3/2018/0330/c309806-9444063.html>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CHINA'S Evolving Nuclear Capability. Avaliação de 31 de outubro de 2013. Stratfor worldview. Texas, 2013. Disponível em <<https://worldview.stratfor.com/article/chinas-evolving-nuclear-capability>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CHINA. **China's Energy Conditions and Policies**. Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 26 de dezembro de 2007. Pequim, 2007. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/whitepaper/energy/237089.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. **China's National Defense in 2010**. Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 31 de março de 2011. Pequim, 2011a. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7114675.htm>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **The Socialist Legal System with Chinese Characteristics**. Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 27 de outubro de 2011. Pequim, 2011b. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7137666.htm>. Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. **Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China**. Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 25 de setembro de 2012. Pequim, 2012a. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7168681.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **China's Energy Policy 2012**. Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 24 de outubro de 2012. Pequim, 2012b. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7170375.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **China-Africa Economic and Trade Cooperation (2013)**. Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 29 de agosto de 2013. Pequim, 2013. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7245058.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **China's Military Strategy**. Documento publicado por: The State Council Information Office of the People's Republic of China, em maio de 2015. Pequim, 2015a. Disponível em: <http://china.org.cn/china/2015-05/26/content_35661433.htm>. Acesso em: 27 maio 2018.

_____. **Historical Witness to Ethnic Equality, Unity and Development in Xinjiang.** Documento publicado por: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 24 de setembro de 2015. Pequim, 2015b. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7230328.htm>. Acesso em: 02 jul. 2018.

_____. **Freedom of Religious Belief in Xinjiang.** Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 02 de junho de 2016. Pequim, 2016a. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7238246.htm>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **China Adheres to the Position of Settling Through Negotiation the Relevant Disputes Between China and the Philippines in the South China Sea.** Documento publicado por: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, em 13 de julho de 2016. Pequim, 2016b. Disponível em: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7239601.htm>. Acesso em: 03 jun. 2018.

COMMODITY. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** Corresponde à 3ª edição, 1ª impressão, revista e atualizada, do Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa. Positivo Informática, 2004. 1 CD-ROM, versão 5.0.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Sítio da internet que apresenta informações sobre esse fórum. 2018. Disponível em: <<https://www.cplp.org/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CORDESMAN, Anthony H. **Chinese Strategy and Military Modernization in 2016: A Comparative Analysis.** Kendall, Joseph (Apo.). Center of Strategic & International Studies. Final review edition: December 5, 2016. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/chinese-strategy-and-military-modernization-2016>>. Acesso em: 28 maio 2018.

COSTA, Juliana Jerônimo. **O fortalecimento das relações bilaterais e o apoio nos foros multilaterais: as relações Brasil-África (1995-2010).** 2014. 83 f. Tese (Doutor em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução à Geopolítica.** Lisboa: Gradiva, 2003.

DIKÖTTER, Frank. **A grande fome de Mao: a história da catástrofe mais devastadora da China (1958-62).** MANDIM, Ana Maria (Trad.). Rio de Janeiro: Record, 2017. Formato ePub.

EUA. Department of Defense. **Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China - 2017.** Documento publicado por Office of the Secretary of Defense, em 15 de maio de 2017. Washington, 2017. Disponível em: <https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2017_China_Military_Power_Report.PDF>. Acesso em: 27 maio 2018.

FARHAOUI, Fouad. China's Strategic Military Goal In Namibia – Analysis. **Eurasia Review**, 07 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.eurasiareview.com/07072016-chinas-strategic-military-goal-in-namibia-analysis/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. Da Geopolítica Clássica à Geopolítica Pós-Moderna: Entre a Ruptura e a Continuidade. **Política Internacional**, n. 26, Outono-Inverno (2002), p. 161-186. Disponível em <<http://realpolitikmag.org/wp/index.php/2015/06/06/da-geopolitica-classica-a-geopolitica-pos-moderna-entre-a-ruptura-e-a-continuidade/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FIORI, José Luís. O Brasil e seu 'entorno estratégico' na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

FREITAS, Jorge Manuel da Silva. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

FREITAS, Marcus Vinicius. Brazil and Africa: Historic Relations and Future Opportunities. **GMF - OCP Policy Center**, p. 111, fevereiro de 2016. Disponível em <<http://www.gmfus.org/publications/brazil-and-africa-historic-relations-and-future-opportunities>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Discursos Selecionados do Presidente José Sarney**. Brasília: MRE, 2008.

GEINGOB, Hage G. **Speech by his excellency Dr. Hage G. Geingob, President of the Republic of Namibia, at the commissioning ceremony for naval vessels (NS) brukkaros and (NS) daures**. Em 27 de outubro de 2017. Walvis Bay: 2017. Disponível em: <http://www.gov.na/terms-and-conditions?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=411441&_101_type=document>. Acesso em: 17 jun. 2018.

GLOBAL Public Downbeat about Economy: Many Wary of the Future. **Pew Research Center - Global Attitudes & Trends**. Washington, 09 de junho de 2014. Disponível em <<http://www.pewglobal.org/2014/09/09/global-public-downbeat-about-economy/>>. Acesso em: 11 maio 2018.

HARTMAN, Adam. Chinese naval base for Walvis Bay. **The Namibian**, Windhoek, 19 de novembro de 2014. Disponível em <<https://www.namibian.com.na/index.php?id=130693&page=archive-read>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Leite, Cássio de Arantes (Trad.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Formato ePub.

LARMER, Brook. **Is China the World's New Colonial Power? Sunday Magazine**, p. 20, 07 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/05/02/magazine/is-china-the-worlds-new-colonial-power.html>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

LUEDI, Jeremy. China's growing deserts a major political risk. **Global Risk Insights - Know your world**, 26 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://globalriskinsights.com/2016/02/chinas-growing-deserts-a-major-political-risk/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. Perspectivas da Diplomacia Naval. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.19, nº 2, p. 391-410, jul./dez. 2013.

MAPPING China's Maritime Ambition. Avaliação de 23 de novembro de 2014. Stratfor worldview. Texas, 2014. Disponível em <<https://www.stratfor.com/article/mapping-chinas-maritime-ambition>>. Acesso em: 29 maio 2018.

MATTOS, Carlo de Meira. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MATTOS, Leonardo Faria de. A Inclusão da Antártica no Conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1, p. 165-191, jan./jun. 2014.

MELBER, Henning. **Global trade regimes and multi-polarity: The US and Chinese scramble for African resources and markets**. In Southall, Robert & Henning Melber (Eds). *A new scramble for Africa? Imperialism, investment and development*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2009 apud PISANI, André du. **Namibia and China: Profile and appraisal of a relationship**. Windhoek: Macmillan Education, 2014.

MENEZES, Gustavo Rocha de. **As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2018a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/busca?searchword=CPLP&ordering=newest&searchphrase=all>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Sítio da internet que apresenta informações sobre as atividades desse Ministério. 2018b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2018a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3676-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Sítio da internet que apresenta informações sobre as atividades desse Ministério e participações em organismos internacionais. 2018b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MINISTÉRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança comercial brasileira: países e blocos**. 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em 02 ago. 2018.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4. 1981. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108202>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

NEVES, Miguel Santos. A China e a Índia no Atlântico Sul. **Relações Internacionais**. Lisboa, nº 38, jun, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200007>. Acesso em: 24 maio 2018.

OTTONI, Luis. China avança em comércio global com nova Rota da Seda, projeto de US\$ 1 trilhão. **G1-Globo.com**, 17 de junho de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/china-avanca-em-comercio-global-com-nova-rota-da-seda-projeto-de-us-1-trilhao.ghtml>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

O'ROURKE, Ronald. **China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities - Background and Issues for Congress**. Congressional Research Service, 2018. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PEOPLE'S Liberation Navy - Offshore Defense. **GlobalSecurite.org**. Alexandria-VA, 11 de julho de 2011. Disponível em <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/plan-doctrine-offshore.htm>>. Acesso em: 30 maio 2018.

PIRES, Hélio Camargo de Toledo: inédito. Rio de Janeiro, 19 de julho 2018. Resposta a questionário submetido pelo autor via e-mail.

PISANI, André du. **Namibia and China: Profile and appraisal of a relationship**. Windhoek: Macmillan Education, 2014.

QIANG, Su e XIAOKUN, Li. China, Russia quit dollar. **China Daily**, 24 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-11/24/content_11599087.htm>. Acesso em: 09 jun. 2018.

QINGMIN, Zhang. Complex asymmetry: a comparative perspective on China's relations with Africa and Latin America, Brasília, **Revista Tempo do Mundo - IPEA**, v. 2, n. 2, p. 95-115, jul. 2016.

RIBEIRO, Cláudio O. **Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)**. 2007. 243 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, José Manuel Delgado Félix. **Os Estados Unidos da América, a globalização e o "mundo do Pacífico": 1979-2009**. 2012. 662 f. Tese (Doutoramento em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

_____. O reposicionamento da China: geoeconomia, geopolítica e estratégia. **Relações Internacionais**, Lisboa, nº 38, 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200004>. Acesso em: 27 maio 2018.

SCOFIELD, Gefferson Gusmão. **Poder Naval e a Diplomacia: a presença da Marinha do Brasil na Namíbia**. 2012. 146 f. Tese (Política e Estratégia Marítimas) - EGN, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SIMIELLI, Maria Elena. **Geoatlas: Mapas políticos, físicos, temáticos / Anamorfose / Imagens de satélites**. 34ª ed. São Paulo: Ática, 2013.

SOUZA, Carlos Augusto de. O Entorno Estratégico Brasileiro e as Perspectivas de

Cooperação da MB. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.19, nº 2, p. 523-538, jul./dez. 2013.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT LIMITED (EIU). **The evolving role of China in Africa and Latin America**: A report by The Economist Intelligence Unit. 2016. Disponível em <<http://www.andrewleunginternationalconsultants.com/files/eiu-report---the-evolving-role-of-china-in-africa-and-latin-america.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

ANEXO A - MÉTODO DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Método de Análise Geopolítica

Este documento apresenta um método de análise geopolítica, a fim de contribuir para uma melhor compreensão da conjuntura nacional/internacional, em especial, de uma crise ou conflito em andamento ou já ocorridos.

Antes de iniciar a análise, faz-se necessário delimitar o sistema que envolve a crise/conflito em questão. Por exemplo, no conflito ocorrido entre a Rússia e a Geórgia em 2008, podemos considerar que o sistema era formado somente por esses dois países. Todos os demais atores envolvidos seriam considerados externos a esse sistema, pois influenciariam ou teriam interesses relevantes no conflito.

É importante ressaltar que este método não deve ser encarado como uma norma rígida, devendo ser utilizado como um guia geral sobre os principais aspectos a serem abordados em uma análise geopolítica. Nem todos os aspectos contemplados aqui aplicam-se a qualquer conjuntura. Além disso, o método não limita a abrangência do trabalho a ser realizado. Caso o oficial-aluno (OA) identifique a necessidade de incluir algum aspecto que julgue relevante, deverá fazê-lo.

Atualizado, em 03/01/2013.

Anexo: Método de Análise Geopolítica.

MÉTODO DE ANÁLISE GEOPOLÍTICA

SUMÁRIO:

1- Forças Interiores do Sistema

- A) Determinantes Geopolíticas - Questões 1 a 17;
- B) Determinantes Ideológicas - Questões 18 a 27;
- C) Determinantes dos Meios Disponíveis - Questões 28 a 35.

2- Forças externas agindo sobre o sistema

- A) Determinantes Geopolíticas - Questões 36 a 41;
- B) Determinantes Ideológicas - Questões 42 e 43;
- C) Determinantes dos Meios dos Atores Externos - Questões 44 a 48.

Conclusão

- Conclusão e Propostas Geopolíticas - Questões 49 a 50.

1- FORÇAS INTERIORES DO SISTEMA

A) Determinantes Geopolíticas

1. Sem levar em consideração os poderes constitucionais, quais são os grupos de poder nacionais, transnacionais e supranacionais presentes no sistema estudado?

2. Classificar os grupos de poder listados na pergunta nº 1 em:

- Centro (dominante); ou
- Periferia (dominado).

3. Listar os poderes que contestam a sua própria situação de periferia (poderes que estão em posição de dominados e que têm intenção de se tornar poder dominante).

4. Listar os determinismos de:

- Insularidade (isolamento em ilha ou configuração ou situação de um país composto de uma ou mais ilhas);
- Enclave (designação do território de um país que se encontra encaixado no território de outro país ou pequeno estado (província) autônomo envolvido por outro);
- Conflitos fronteiriços diversos.

5. Elaborar um mapa de grupos étnicos em superposição ao mapa dos Estados.

6. Identificar as superposições e as rupturas entre as fronteiras dos Estados e as fronteiras étnicas.

7. Incluir as distribuições religiosas na carta. Verificar se as rupturas religiosas coincidem com as rupturas étnicas.

8. Analisar a necessidade de detalhar mais profundamente a identidade dos grupos de poder existentes.

- Por vezes, é necessário identificar níveis mais detalhados do que o grupo étnico, como por exemplo: clã, tribo etc. É o caso da Somália onde os conflitos se dão muito mais entre clãs do que entre etnias;

- No caso de poderes transnacionais: organizações religiosas (por exemplo: movimentos islâmicos), confrarias, ONG etc;

- Atividade econômica desempenhada pelos grupos de poder: nômades ou sedentários, agricultores ou criadores de gado etc. Por exemplo, a crise no Sudão tem origem econômica e o envolvimento de um grupo nômade contra um grupo sedentário;

9. Verificar se existe uma ligação direta entre o estatuto social e a situação econômica dos subgrupos identificados no item anterior.

10. Elaborar um mapa que mostre os projetos geopolíticos dos atores envolvidos em superposição ao mapa dos Estados. Compará-lo com os mapas étnicos e religiosos.

11. Elaborar uma tabela de representação demográfica dos atores envolvidos. Indicar o percentual da população que representa cada grupo de poder identificado em A (ano presente). Levando-se em conta os indicadores da evolução demográfica, estimar o percentual da população que cada grupo representará em A+10.

12. Analisar a evolução demográfica de cada grupo de poder com os seus projetos geopolíticos, levando-se em consideração o mapa de distribuição étnica e o mapa de distribuição religiosa.

13. Quais atores controlam os centros econômicos?

14. Qual é a vulnerabilidade estratégica desses centros que podem ser exploradas pelos grupos de poder em oposição?

15. Quem controla os principais recursos disponíveis no espaço geográfico estudado?

16. Quem controla e quem depende de recursos energéticos (petróleo, gás, carvão, urânio etc.).

17. Quem controla e quem depende de recursos hídricos?

B) Determinantes ideológicas

18. Quais são os grandes sistemas ideológicos presentes (ideologia, correntes de pensamento, religiões etc.).

19. Quais são os partidos políticos presentes? A distribuição político-partidária tem uma correlação direta com os sistemas ideológicos existentes?

20. A distribuição político-partidária possui uma correlação direta com as identidades dos grupos de poder listadas no item 8 (etnia, clã, tribo, grupos religiosos etc.)?

21. Identificar os partidos políticos que têm como objetivo a tomada de poder, daqueles que têm como objetivo a tomada de poder com propósitos separatistas.

22. Identificar, levando-se em consideração os objetivos e os meios disponíveis, os partidos políticos que podem ser considerados como grupos de poder.

23. Distinguir os partidos políticos que têm a sua existência diretamente ligada a um líder carismático, daqueles partidos políticos que já possuíram diversas lideranças e cuja existência transcende a uma liderança específica.

24. Analisar se a ideologia dos partidos é de origem endógena ou exógena. Considerar como endógena se a sua origem é produto de uma situação interna, por exemplo, a “Revolução Bolchevique”. Considerar exógena se a ideologia foi estabelecida com apoio

internacional. Por exemplo, durante a Guerra Fria, vários partidos estabeleceram as suas ideologias ou por influência dos Estados Unidos da América ou por influência da União Soviética.

25. Identificar os eventuais apoios externos que possuem os diversos partidos segundo as suas ideologias e objetivos de poder. Esta distinção é importante para identificar a possibilidade de mudança de escolhas ideológicas em função da alteração do cenário regional ou internacional.

26. Em função da avaliação ideológica realizada, analisar a legitimidade política de cada ator. Nessa análise, o regime político (democracia; monarquia; aristocracia; oligarquia) não é o primordial. O que conta é o nível de legitimidade popular que cada grupo de poder detém e não os valores democráticos de acordo com os atuais critérios liberais do ocidente. A legitimidade decorre do bom desempenho e da percepção de um governo no seio de seu povo, independentemente do regime adotado. Em seguida, avaliar geograficamente e em relação aos grupos étnicos e religiosos onde o poder central dispõe de legitimidade.

27. Avaliar a percepção que cada grupo de poder tem sobre os demais, pois uma percepção incorreta e superestimada que um grupo de poder faça sobre um adversário, pode ser suficiente para desencadear uma convulsão social, crise ou guerra. Especial atenção deverá ser dada para se diferenciar o discurso praticado por cada ator das suas reais percepções e intenções.

C) Determinantes dos meios disponíveis

28. Quais são os meios diplomáticos de cada ator do sistema (alianças, acordos de defesa, representantes no sistema do direito internacional - ONU, Conselho de segurança, Tribunal Penal Internacional - etc.)?

29. Quais são os meios militares disponíveis para cada ator do sistema? (atenção especial será dada para o progresso ou o retrocesso recente e possibilidades de receberem reforços).

30. Quais são os meios e ferramentas de inteligência disponíveis (serviço de inteligência, satélites, forças especiais, sensoriamento remoto, capacidade de reconhecimento etc.).

31. Quais são as fontes econômicas de cada ator do sistema? (petróleo, narcotráfico etc.)

32. Que meios “não convencionais” dispõe cada ator? (nuclear, armas de destruição em massa etc.).

33. Quais são as perspectivas de mudanças futuras em termos de meios “não convencionais” na região?

34. Qual o desenvolvimento tecnológico relativo de cada ator?

35. Efetuar uma conclusão em termos de desequilíbrios de meios entre os diversos atores.

2- FORÇAS EXTERNAS AGINDO SOBRE O SISTEMA

A) Determinantes Geopolíticas

36. Quais atores externos que têm interesses no sistema em análise?

37. Quais são os interesses de natureza geopolítica de cada ator identificado na questão acima?

- Posicionamento estratégico de um país;
- Rotas marítimas e terrestres;
- Recursos naturais (petróleo, água etc.).

38. Existem “objetivos de poder” de algum ator com o propósito de obter “meios de poder” (armas nucleares, porta-aviões, submarinos nucleares etc.)?

39. Quais os interesses de natureza econômica de cada ator? (energia, exportação, importação, reconstrução pós-guerra etc.).

40. Identificar os atores externos que tenham interesses políticos direto no sistema (líder em exílio, país externo a região, correntes ideológicas etc.)?

41. Caso afirmativo na questão acima, quais são os interesses específicos de cada ator e as conexões que eles possuem com os atores do sistema?

B) Determinantes ideológicas

42. Listar as determinantes ideológicas e legais (defesa da democracia, respeito ao direito internacional etc.).

43. Existe algum grupo político que propaga uma argumentação ideológica com o propósito de causar uma ruptura no sistema?

C) Determinantes dos meios dos atores externos

44. Comparar os meios militares dos atores externos que estejam interferindo no sistema.

45. Quais os meios diplomáticos de cada ator externo ao sistema (rompimento de relações, pressão sobre outros atores etc.)?

46. Quais os trunfos econômicos que possuem cada ator externo (embargo, dependência econômica, dependência energética, dependência alimentar etc.)?

47. Quais os meios e ferramentas de inteligência disponíveis para cada ator externo ao sistema (serviço de inteligência, satélites, forças especiais, capacidade de reconhecimento etc.)?

48. Que meios “não convencionais” dispõe cada ator externo ao sistema? (armamento nuclear estratégico ou tático; outras armas de destruição em massa; guerra cibernética etc.)?

CONCLUSÃO

49. Elaborar uma conclusão e, caso seja solicitado, propostas de posições geopolíticas a serem adotadas pelo nível político do país, levando-se em consideração os seguintes aspectos dos **atores do sistema**:

- Objetivos de poder;
- Meios disponíveis;
- Legitimidade.

Em face dos aspectos acima, quais ações ou manobras estratégicas podem ser esperados dos atores envolvidos no sistema, pelos próximos cinco anos, em um cenário plausível?

50. Elaborar uma conclusão e, caso seja solicitado, propostas de posições geopolíticas a serem adotadas pelo nível político do país, levando-se em consideração os seguintes aspectos **dos atores externos** ao sistema:

- Objetivos de poder;
- Meios disponíveis;
- Legitimidade.

Em face dos aspectos acima, quais ações ou manobras estratégicas podem ser esperados dos atores externos ao sistema, pelos próximos cinco anos, em um cenário plausível?

APÊNDICE A - CONTEXTO HISTÓRICO CHINÊS

Uma das civilizações mais antigas do mundo, a origem da China remonta a mais de 4.000 mil anos, tendo surgido como Estado unificado no século III a. C. Seu sistema de governo foi baseado nas monarquias hereditárias, as dinastias, de aproximadamente 2.000 a. C. até 1911 e a partir daí passou a república socialista uni partidária.

As instituições políticas e culturais e língua são o símbolo máximo da sua civilização, com pouca influência externa até o início do século XIX.

Kissinger (2012, p. 12) afirma que uma das características marcantes desse país é a integridade e a continuidade da sua cultura ao longo da sua história, com íntima ligação com seu passado e princípios clássicos da estratégia de governo. Mesmo quando invasores de seu território saíam vitoriosos, a elite burocrática chinesa oferecia seus serviços e apelava aos conquistadores com a premissa de que uma terra tão vasta e populosa só poderia ser governada pelos métodos, pela língua e pela burocracia chineses preexistente. Aos poucos, os conquistadores eram assimilados à sociedade que haviam buscado dominar até o ponto que suas próprias terras nativas eram vistas como parte da China e a conquista era efetivamente virada do avesso. Os invasores bárbaros eram absorvidos pelo tecido cultural da China (BRITANNICA, 2018).

Outra característica da civilização chinesa, aprendida ao longo da sua historia turbulenta, era a busca paciente pela vitória. Ao invés do único embate decisivo, comum na civilização ocidental, os estadistas chineses preferiram, em boa parte dos conflitos, as vias indiretas e o acúmulo de vantagem relativa. Esse contraste se reflete nos respectivos jogos de intelecto preferidos de cada civilização, o xadrez e o “wei qi”⁵⁵. Enquanto o primeiro tem por objetivo a vitória total removendo as peças do oponente, o segundo busca uma vantagem

⁵⁵ Normalmente conhecido no ocidente pela variante japonesa “go”. Pode ser traduzido como “jogo de peças circundantes” cujo conceito é o de cerco estratégico.

relativa movendo suas peças para mitigar o potencial estratégico do oponente. Nessa linha de pensamento também se situa a estratégia militar chinesa que segue os ensinamentos de um dos mais conhecidos estrategistas de guerra, Sun Tzu⁵⁶ (KISSINGER, 2012, p. 25).

Lutar e vencer em todas as batalhas não é a glória suprema; a glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar. Na prática arte da guerra, a melhor coisa é tomar o país totalmente intato; danificar e destruir não é tão bom (SUN TZU, 1994, p. 25).

Por muitos séculos, a China permaneceu isolada de outras civilizações do seu porte, muito por conta da geografia que a cerca, composta por vastos desertos, cadeias de montanhas e o mar. Releva registrar que a China foi líder mundial em tecnologia náutica e possuidora de frotas que se aventuraram em expedições até a costa oriental da África, entre os séculos X e XV. Embora com capacidade para ter tido a primazia das explorações marítima e colonizações, com uma armada de tal tamanho e sofisticação que era muito superior a que seria construída pela Espanha no século XVII, os governantes chineses nunca objetivaram conquistas de territórios nessas expedições que, no máximo, favoreceram os comerciantes chineses pelo exercício precoce de “Soft Power”⁵⁷ (KISSINGER, 2012, p. 15). Eles viam a participação ocidental no seu comércio como uma benevolência a povos *bárbaros* tão distantes que não havia interesse de convertê-los a cultura chinesa (KISSINGER, 2012, p. 32).

Até a primeira revolução industrial, a China era muito superior aos estados europeus em população e território, além de ter sido a economia mais rica e produtiva do mundo por dezoito séculos. Em 1820, detinha 30% do PIB mundial (KISSINGER, 2012, p. 17). Esse quadro iria mudar na medida em que as potências ocidentais se desenvolviam e enriqueciam (KISSINGER, 2012, p. 32). Na mesma direção, Castro (2017, p. 76) observa

⁵⁶ Estrategista e general, Sun Tzu viveu há 2.500 anos aproximadamente na época conhecida como “Período dos Estados Guerreiros”, onde diversos reinos lutavam entre si pela supremacia em uma região que hoje é abrangida pela China. Escreveu a célebre e milenar obra *A Arte da Guerra* (CARDOSO, 2005, p.12).

⁵⁷ Expressão usada para descrever a habilidade de um país de influenciar indiretamente e persuadir outros países por meios da sua cultura, valores e língua, em contraposição ao poder militar ou de coersão (“hard Power”). Usada pela primeira vez pelo professor de Harvard Joseph Nye, autor do livro “Soft Power: The Means to Success in World Politics”. Disponível em: <<https://timeriverflow.com/2012/01/09/1890/>>.

que, até a revolução industrial, a China era fechada, autossuficiente, sem tradição naval e avessa a expedições a terras distantes.

O relativo isolamento que preservou a China dos conflitos europeus, favorecendo o desenvolvimento da sua civilização, também a deixou em grande desvantagem tecnológica em relação às nações estrangeiras em meados do século XIX (BRITANNICA, 2018, p. 3). Assim, a China entrou na idade moderna com economia, cultura e instituições de superioridade milenar que não pensava em se impor sobre as demais sociedades, pois, na sua visão, os outros Estados é que deveriam aprender com ela. Indiferente ao comércio externo e as inovações tecnológicas, logo seria ameaçada pelos países ocidentais que se lançam ao comércio marítimo e a disseminação de seus valores culturais (KISSINGER, 2012, p. 30).

Se por um lado, a economia de mercado mundial no século XVIII, que vinculou a China a grandes centros importadores de seus produtos, levou a um longo período de expansão e prosperidade e fez a sua população triplicar em dois séculos, por outro lado a expões a ganância ocidental ávida por lucros, disfarçada na proposta de *livre comércio*. O embate girou em torno de um dos aspectos mais vergonhosos da intrusão ocidental: a importação, a força, do ópio para dentro da China a forçada (KISSINGER, 2012, p. 38).

O ópio, produzido na Índia britânica e contrabandeado para a China, era consumido por um número cada vez maior de chineses. Diante da situação, o Imperador Qing decidiu por erradicar sua comercialização e dismantelar toda a estrutura de fabricação dessa droga. A Inglaterra reagiu militarmente e iniciou a primeira *Guerra do Ópio* (1839-1842). Diante da superioridade bélica da armada inglesa, a Corte de Pequim cedeu e uma série de benefícios em forma de tratados amplamente desiguais. Seguindo-se a Inglaterra, outras potências ocidentais entram na China com o mesmo propósito. Novos incidentes deflagraram a segunda *Guerra do Ópio*, agora envolvendo outras potências ocidentais aliadas à Inglaterra e novos tratados desfavoráveis à China (KISSINGER, 2012, p. 38-45).

A partir de meados do século XIX, a ingerência ocidental no comércio chinês com aumento da importação de ópio tornou a balança comercial desfavorável que, aliada ao tamanho da sua população, deu início ao declínio da econômica que desencadeou uma série de rebeliões internas, como a *Revolta do Boxers*⁵⁸, que custaram milhões de vidas e levou a debilitada economia à crise sem precedentes (BRITANNICA, 2018, p. 240). Nessa época, a qual Kissinger (2012, p. 46) chama de “século de humilhação” a China enfrentava três desafios estrangeiros: as nações europeias vindas do mar impondo uma nova ordem mundial, forçando a abertura do seu mercado interno ao comércio internacional, mas sem intenção de dominar o País; os russos vindos do norte e do oeste buscando conquistas territoriais; e o Japão com pretensões de dominar e suplantar o império chinês.

Mas a China não sobrevivera unificada por 2.000 anos mantendo-se passiva diante dos seus invasores. A velha estratégia seria novamente posta a prova, a de engolir seus conquistadores com paciência e dissimulação (KISSINGER, 2012, p. 53).

⁵⁸ Ocorrida em 1898. Os “boxers”, assim conhecidos por seu treinamento, insurgiram numa violenta campanha contra estrangeiros e os símbolos da nova ordem por eles imposta (diplomatas, estradas de ferro, linhas telegráficas, escolas ocidentais, etc). A reação ocidental foi dura e resultou na imposição de mais um tratado desigual (KISSINGER, 2012, p. 64).

APÊNDICE B - ILUSTRAÇÕES E TABELA



FIGURA 1 - Mapa político da RPC

Fonte: SIMIELLI, 2013, p. 89.

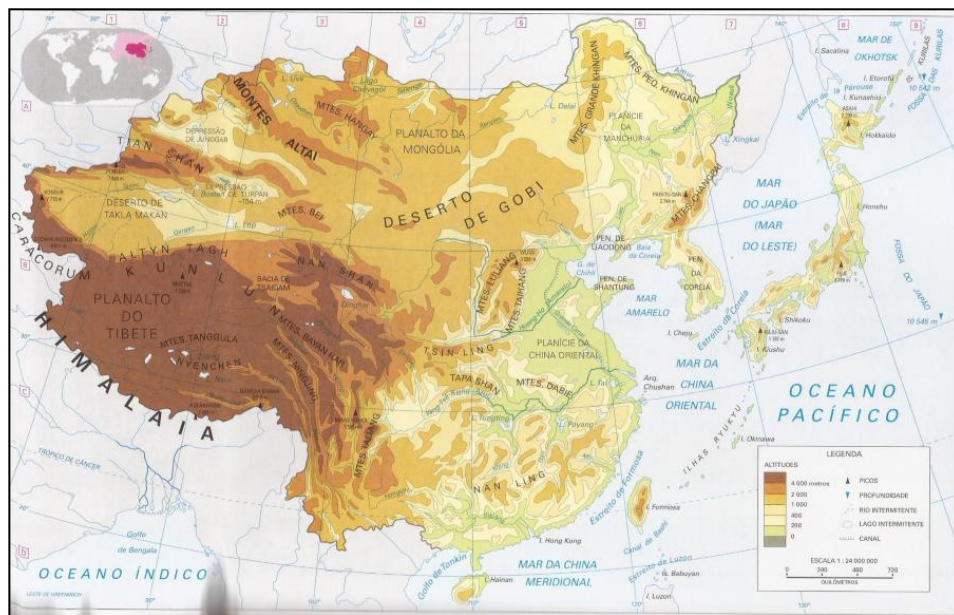


FIGURA 2 - Mar da China

Fonte: SIMIELLI, 2013, p. 96.

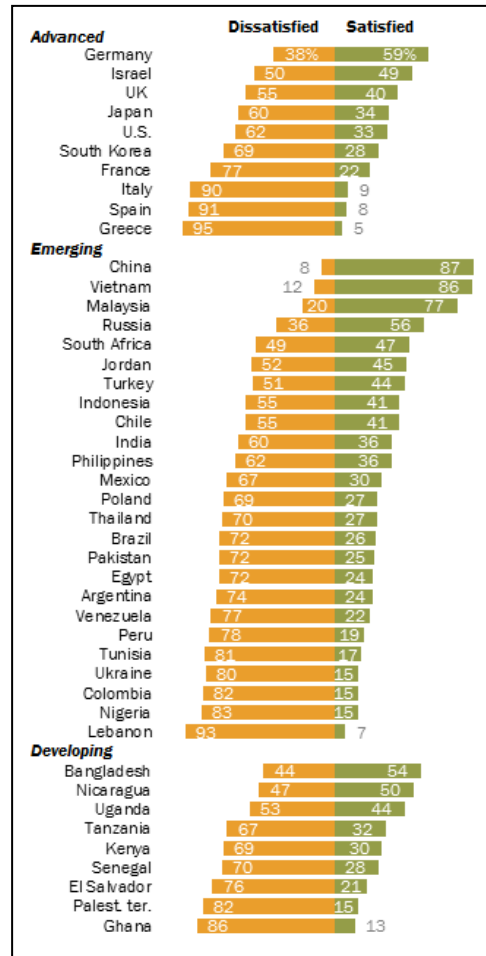


GRÁFICO 1 - Grau de satisfação com o País. Pesquisa sobre a satisfação da população com o seu país.

Fonte: GLOBAL... 2014, p. 3.

TABELA 1
Majores problemas no país

<i>Emerging</i>	Rising prices	Lack of employment opportunities	Rich-poor gap	Public debt
	%	%	%	%
Pakistan	97	90	76	58
Tunisia	95	95	77	78
Lebanon	92	91	84	90
Venezuela	89	83	59	72
Argentina	89	79	72	55
South Africa	87	84	72	65
Colombia	86	92	74	69
India	86	79	70	49
Nigeria	85	90	74	66
Philippines	85	79	53	79
Brazil	85	72	68	56
Mexico	83	82	60	61
Ukraine	77	71	66	70
Thailand	77	60	43	55
Indonesia	75	72	41	50
Turkey	74	70	74	68
Chile	74	65	74	42
Malaysia	72	55	46	63
Peru	65	66	54	44
Jordan	63	60	46	46
Egypt	59	63	54	45
Russia	58	48	50	20
Vietnam	57	62	34	31
Poland	53	70	44	49
China	38	30	42	12

Fonte: GLOBAL... 2014, p. 7.

Nota: os maiores valores de cada país estão em negrito.

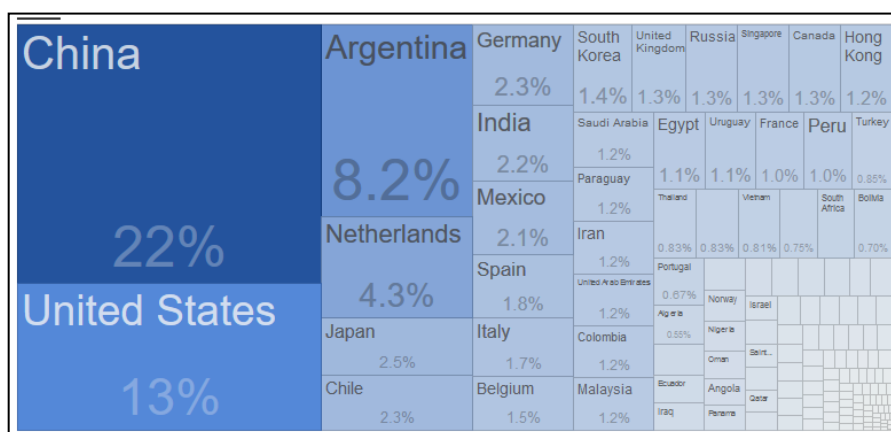


GRÁFICO 2 - Exportações brasileira em 2017

Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/brazil/exports-by-country>>. Acesso em 25 jun. 2018.

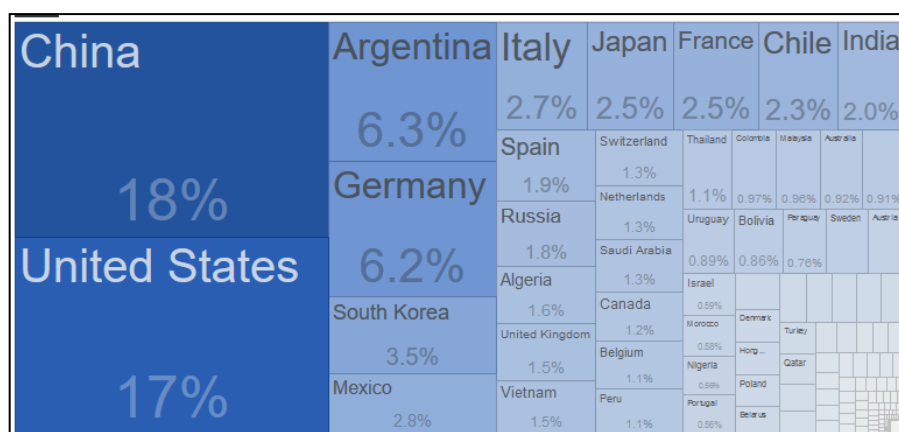


GRÁFICO 3 - Importações brasileira em 2017

Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/brazil/imports-by-country>>. Acesso em 25 jun. 2018.

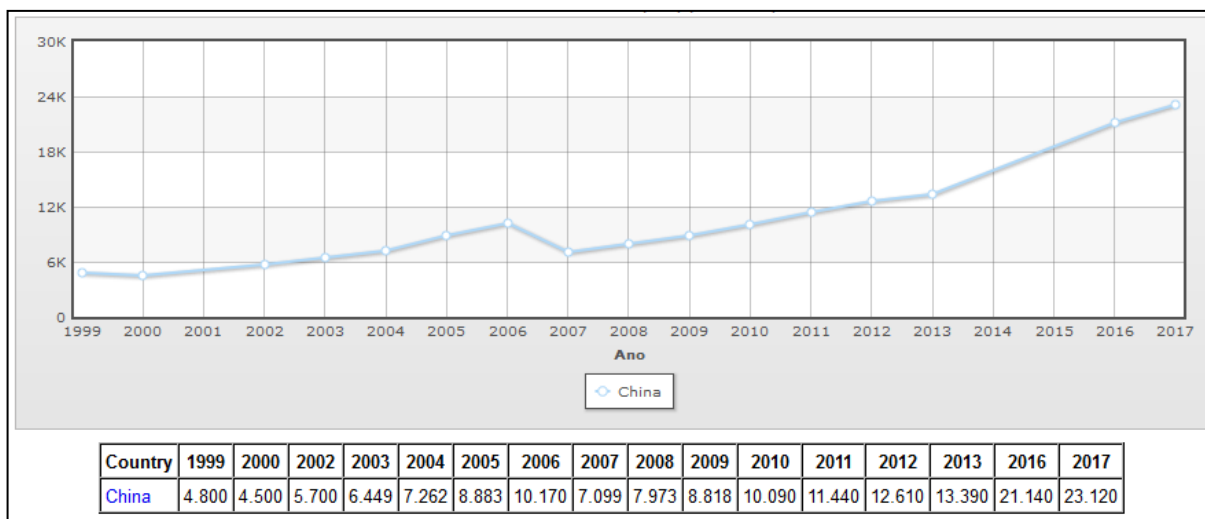


GRÁFICO 4 - PIB chinês em US\$ bilhões

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=65&c=ch&l=pt>>. Acesso em 02 ago. 2018.

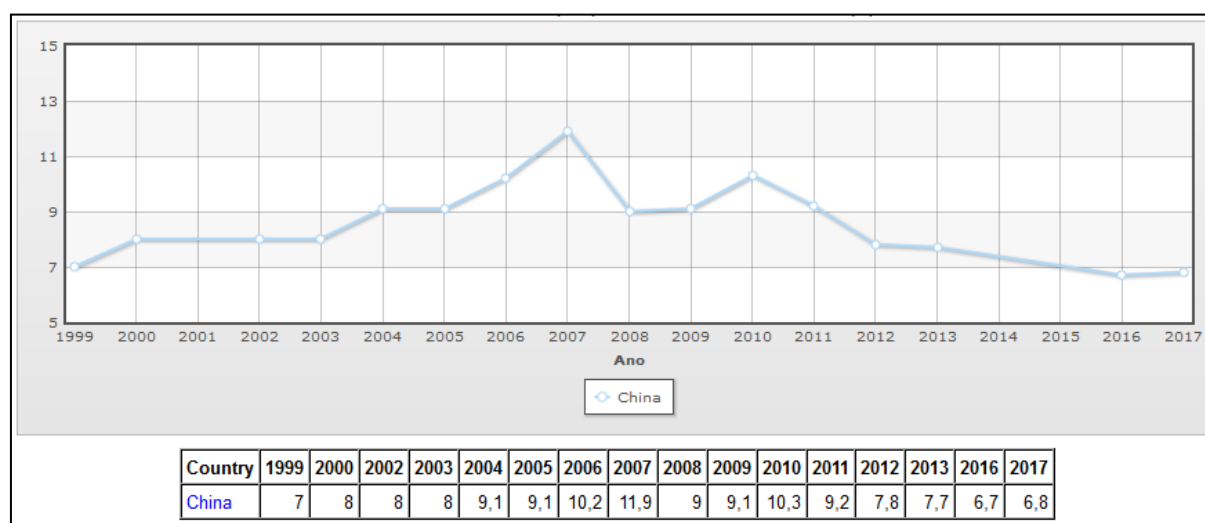


GRÁFICO 5 - Taxa de crescimento do PIB chinês

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=ch&l=pt>>. Acesso em 02 ago. 2018.

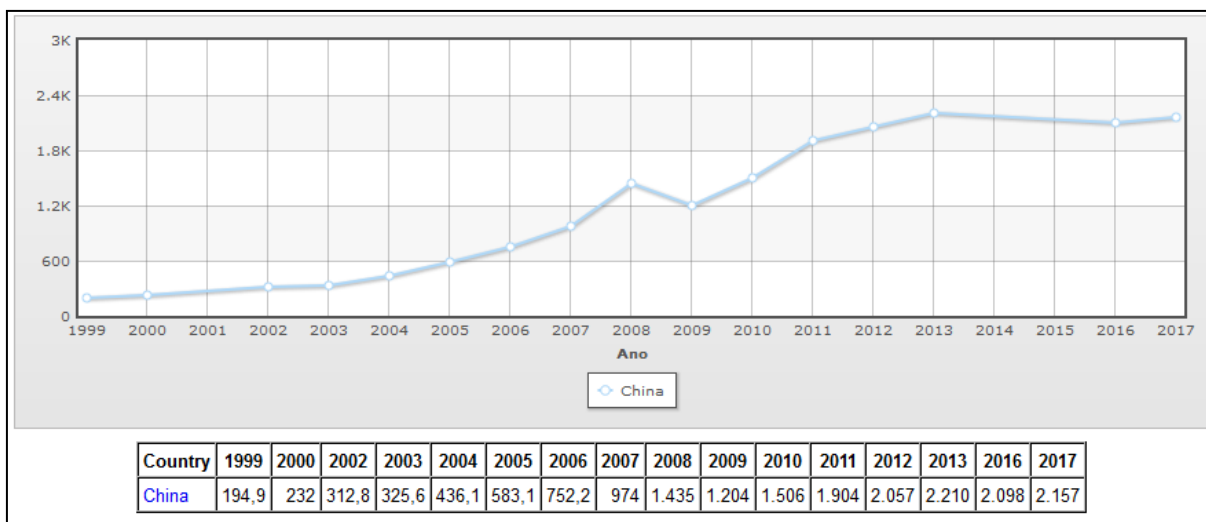


GRÁFICO 6 - Exportações chinesas em US\$ bilhões

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=85&c=ch&l=pt>>. Acesso em 02 ago. 2018.



GRÁFICO 7 - Balança comercial chinesa em US\$ milhões

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=145&c=ch&l=pt>>. Acesso em 02 ago. 2018.

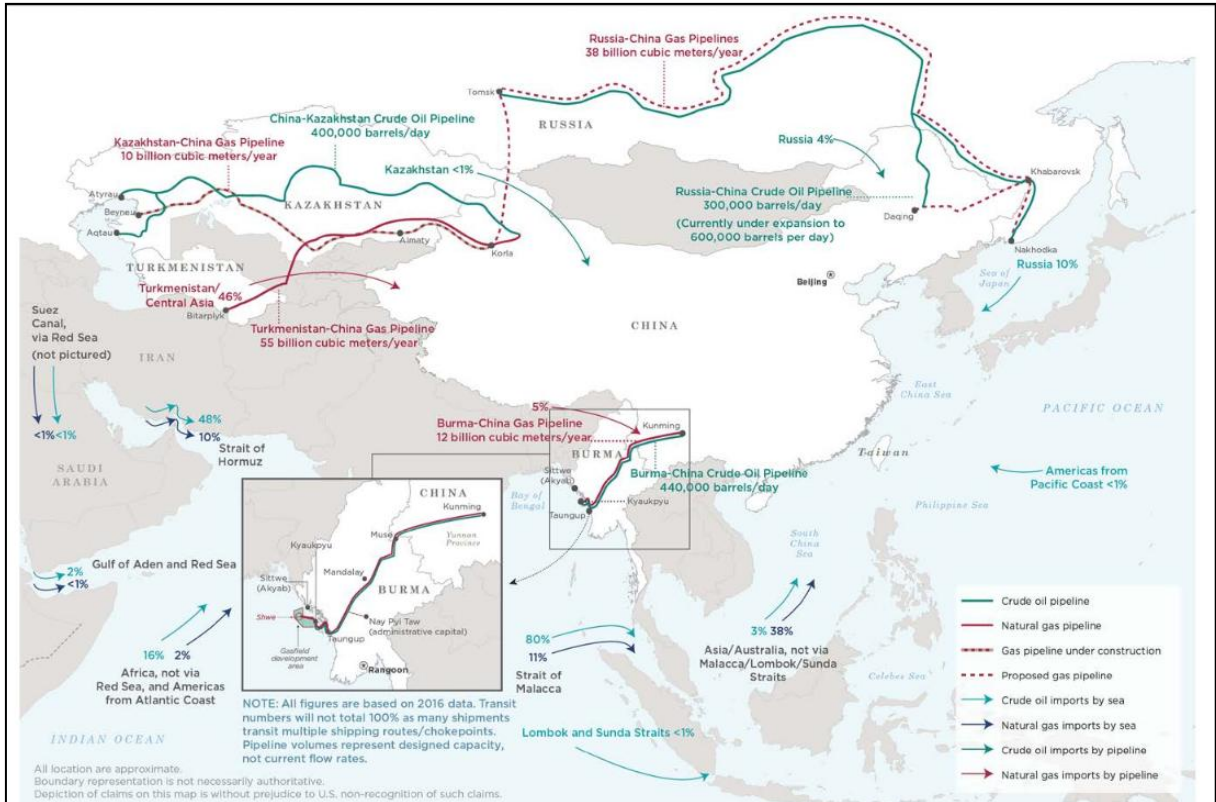


FIGURA 3 - Rotas de importação de energia da RPC
 Fonte: EUA, 2017, p. 44.

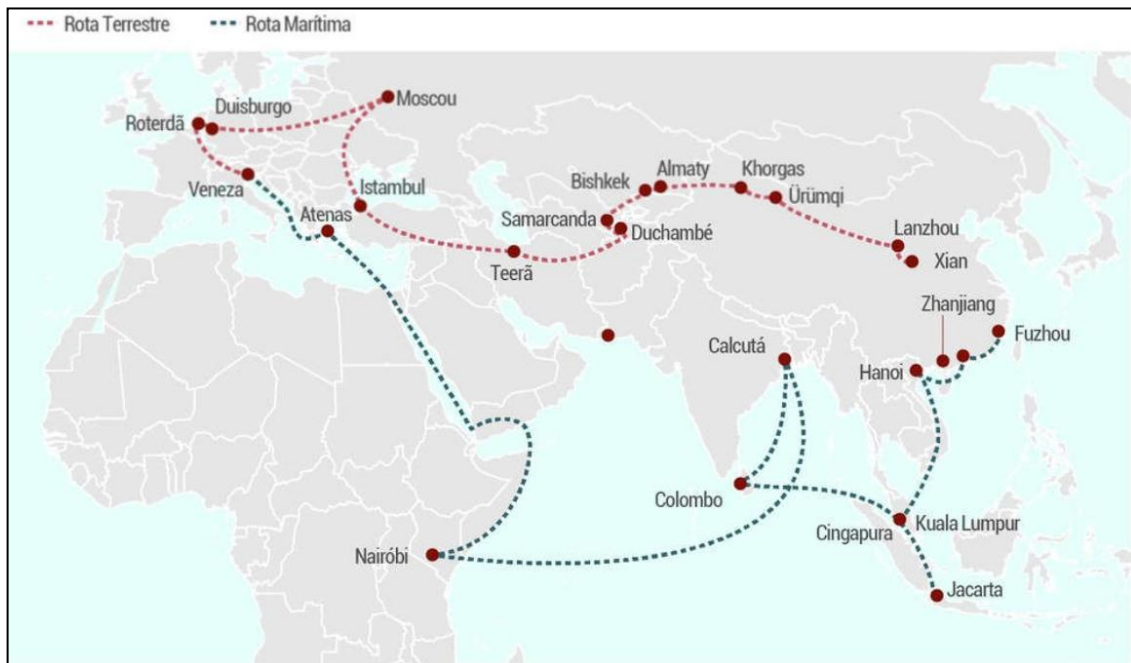


FIGURA 4 - Nova Rota da Seda
 Fonte: OTTONI, 2017, p. 3.

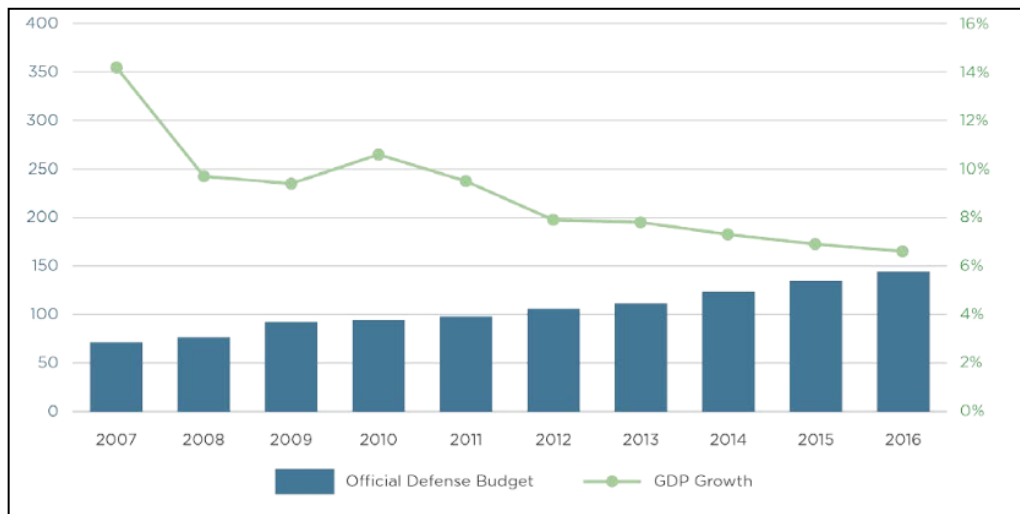


GRÁFICO 8 - Orçamento de defesa da RPC
 Fonte: EUA, 2017, p. 66.



FIGURA 5 - Cadeia de ilhas
 Fonte: CHINA'S..., 2013.

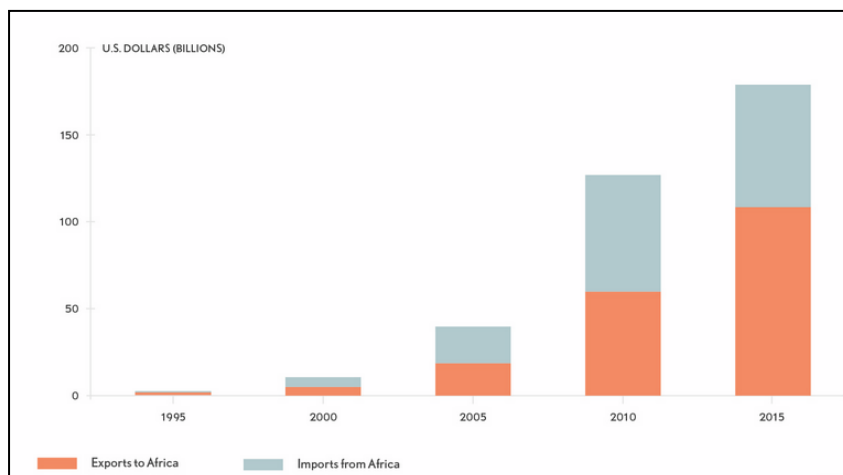


GRÁFICO 9 - Comércio chinês com a África
Fonte: Albert, 2017.



FIGURA 6 - Portos usados para reabastecimento
Fonte: MAPPING..., 2014.

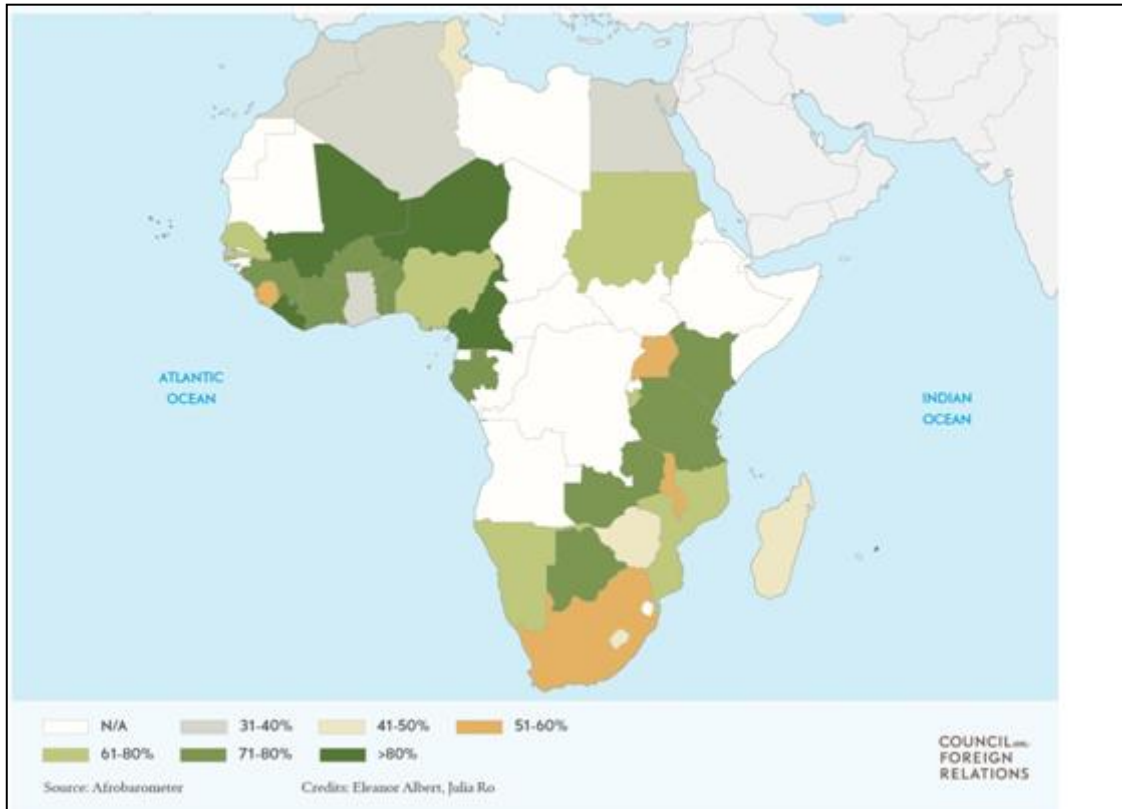


FIGURA 7 - Percepção da influência da RPC na economia africana
Fonte: ALBERT, 2017.



FIGURA 8 - Mapa político da Namíbia
Fonte: SIMIELLI, 2016, p. 67.

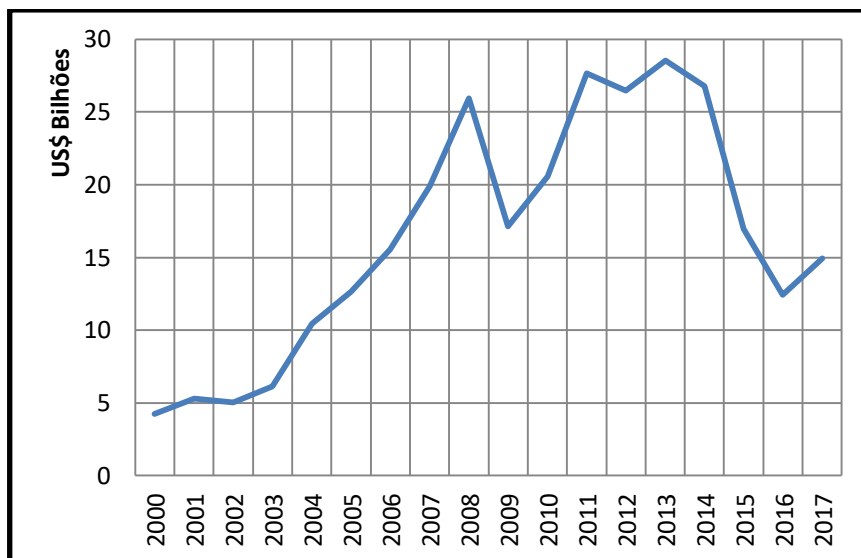


GRÁFICO 10 - Balança comercial brasileiro com a África
Fonte: MDIC, 2018.

APÊNDICE C - ENTREVISTAS

Entrevistado: CMG Marcelo Appolinário Cerqueira.

Função: Adido de Defesa e Naval na Namíbia.

Data: 02 de agosto de 2018.

1 - O Senhor sabe dizer como anda o interesse das empresas brasileiras na Namíbia?

R.: As empresas brasileiras têm visitado a Namíbia no intuito de prospectar negócios, nas mais diversas áreas (maquinários, autopeças, exportação de pescado de água doce, importação de pescado de água salgada, produção de energia e etc). Uma parte das empresas vem por intermédio do “Walvis Bay Corridor Group”, que possui escritório em São Paulo com o intuito de atrair empreendimentos para o País. Contudo, até o momento não há nenhum negócio concretizado. Quem mais se aproxima da realização de negócios no país é a Empresa OAS que montou um escritório na Namíbia, mas que vem encontrando dificuldade para a assinatura de contratos.

2 - O Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira têm algum relacionamento com as FA namibianas?

R.: O Exército possui interesse de divulgação de sua doutrina, promove, desde 2005, curso de português na Namíbia e oferece vagas nos seus mais diversos cursos de formação no Brasil. A Força Aérea, até momento, somente com intercâmbios.

3 - Qual a sua opinião sobre o interesse do Brasil na Namíbia?

R.: Parece ser bem pequeno. Talvez essa visão esteja sendo influenciada pelo difícil momento econômico vivido pelo Brasil, onde imagino que as empresas busquem a sua sobrevivência no campo doméstico, sobrando poucas companhias com recursos para investimento no mercado internacional. A Namíbia não oferece um mercado consumidor atrativo (população pequena), não possui recursos (público ou privado) para investir em parcerias internacionais. Assim, o empreendedor que buscar investir no País deverá fazê-lo de forma autônoma, em especial, visando atingir o mercado consumidor da SADC.

4 - Qual é a situação atual do ACNBN?

R.: Parece que o momento de maior atividade se deu entre 2001 e 2012, onde várias iniciativas namibianas foram tomadas no sentido de intensificar as relações bilaterais (realização de cursos, compra de equipamentos e busca de assessoria para o Levantamento da Plataforma Continental). Contudo, após a entrega dos últimos meios adquiridos, pouco se fez em termos de novas iniciativas do país em relação ao Brasil.

5 - Qual é o interesse da RPC na Namíbia? É somente extração de urânio? Há algo de concreto sobre a suposta construção de uma base naval em Walvis Bay?

R.: Isso não é verdade. Atualmente a China opera em, praticamente, todas as áreas do setor público. Ademais, está ampliando o terminal de containers do porto de Walvis Bay, que deverá dobrar a sua capacidade desse tipo de carga, além de estar construindo um novo terminal marítimo de combustíveis naquela mesma cidade, que também irá aumentar as reservas do país de 14 para 30 dias. Quanto à Base, foi uma notícia que circulou na mídia ao final de 2014, mas que foi desmentida por ambos os países.

6 - Qual é a sua opinião sobre a presença da China na Namíbia? Afeta os interesse brasileiros?

R.: Conforme comentado na resposta anterior, ela está presente em negócios de diversos segmentos do setor público. Não resta dúvida que a China é hoje o grande parceiro estratégico do País, pois provê financiamento e realiza obras que são fundamentais para a infraestrutura local, em especial as relacionadas ao setor de transporte. Naturalmente, quando algum país atende à grande parte das necessidades de outro, esse primeiro torna-se um parceiro prioritário nas relações internacionais e, principalmente, assume um protagonismo no comércio externo. Pode-se dizer que a China é o maior parceiro do País fora do continente africano, com um grande potencial de aumentar a suas relações comerciais, principalmente, utilizando o país como uma ponte para atingir os mercados consumidores dos países da SADC. Como consequência, sobra pouco espaço para que outros países possam atuar dentro de uma relação de benefícios mútuos (ganha X ganha) no curto e no médio prazo. Assim, o que se observa em relação aos outros países é uma política assistencialista, principalmente dos EUA e Alemanha e um forte vínculo comercial com a África do Sul, pela facilidade logística provida pela proximidade com esse último. Contudo, o setor público vem sendo dominado por negócios chineses e no privado a China já começa a despontar, em especial, nos empreendimentos que demandam maiores investimentos, como as indústrias primárias e secundárias (mineração e produção de cimento).

Entrevistado: CMG Hélio Camargo de Toledo Pires.

Função: Componente da MAN na Namíbia entre 2012 e 2014.

Data: 02 de agosto de 2018.

1 - Qual a sua opinião sobre a compra do NApLog “Elephant”?

R.: O navio foi construído pelos chineses e entregue a Namíbia em 2012. Não tive acesso à informação sobre o valor pago, mas em conversas informais pôde-se depreender que o custo foi irrisório. Depois de entregue, não houve apoio por parte dos chineses. O pequeno efetivo de civis chineses que permaneceram a bordo não demonstrava preocupação em transmitir conhecimento. Além disso, o navio não contava com todos os manuais de operação e manutenção. O armamento, por exemplo, não operava e não havia munição.

2 - A MAN prestou algum apoio com relação ao NApLog?

R.: Sim. Foram feitos diversos adestramentos e avaliação operacional. Também auxiliamos na operação e manutenção dos equipamentos.

3- Qual a sua opinião sobre futuras encomendas de navios ao Brasil, a vista do relacionamento com a RPC.

R.: Acredito serem possíveis novas encomendas no futuro. O NApLog atende as demandas de adestramento, mas não é efetivamente um navio de guerra. A estanqueidade do navio, por exemplo, não é adequada ao um navio de guerra. O Navio-Patrolha fornecido pelo Brasil é de uma classe testada e aprovada em operação e contou com o apoio logístico da ENGEPRON, além do assessoramento da MAN na operação e manutenção.